



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO  
DE FOZ DO IGUAÇU: ESTUDO DA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO I**

**KAROLINE RIBEIRO**

Foz do Iguaçu – Paraná  
Junho, 2015



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE  
FOZ DO IGUAÇU: ESTUDO DA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO I**

**KAROLINE RIBEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientadora: Prof. Dra. Silvia Aparecida Zimmermann.

Co-orientadora: Prof. Dra. Erika Marafon Rodrigues Ciacchi.

Foz do Iguaçu - Paraná  
Junho, 2015

KAROLINE RIBEIRO

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE  
FOZ DO IGUAÇU: ESTUDO DA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO I

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Silvia Aparecida Zimmermann  
UNILA

---

Co-orientadora: Prof. Dra. Erika Marafon Rodrigues Ciacchi  
(UNILA)

---

Prof. Dra. Ana Alice Aguiar Eleuterio  
(UNILA)

---

Aline Cristina Chistmann  
(Secretaria de Educação - Divisão da Alimentação Escolar)

Foz do Iguaçu, 08 de junho de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a Deus por ter me confiado o poder de superação do meu ser, me dando força para seguir na caminhada, para que a conquista fosse realizada. Obrigada Senhor!

Agradeço imensamente a minha Professora Orientadora Sílvia Aparecida Zimmermann, pela paciência na orientação, pelo apoio, pela compreensão e incentivo em todos os momentos da pesquisa, pelo ombro amigo na hora do desespero, sempre confortando e tranquilizando nas dificuldades encontradas. Sou grata pelo carinho.

Agradeço a minha Professora Co-orientadora Erika Marafon Rodrigues Ciacchi, pelo carinho, pela atenção e por seus apontamentos e sugestões importantíssimos na finalização do trabalho. Obrigada!

Ao Professor Exzolvildres Queiroz Neto, pelo convívio de participar como bolsista dois anos nos seus estudos, foram momentos construtivos para minha formação pessoal e acadêmica que me ajudaram a me encorajar para os desafios da monografia.

A todos os professores do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, que me acompanharam durante a graduação e foram tão importantes na realização deste trabalho.

Gostaria de agradecer aos participantes da banca examinadora, por disponibilizar parte de seu tempo para poder contribuir com meu trabalho. Obrigada.

Dedico esta conquista, aos meus pais, aos meus avôs, a minha irmã, a minha tia e a toda minha família, que sempre estiveram me apoiando e incentivando para jamais desistir dos nossos sonhos. Este sonho foi conquistado graças aos esforços de todos vocês, obrigado por tudo!

Aos meus amigos e colegas, pela amizade, pela paciência de me aguentarem, pelos conselhos e incentivos, pelo carinho que me acolheram, pelas risadas e choros e pelos momentos incríveis que passei com todos vocês, sentirei saudades de todos.

Desejo apresentar meu carinhoso agradecimento a todos os entrevistados DIRETORA, MERENDEIRA, AUXILIARES DE LIMPEZA, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, NUTRICIONISTA,

PRESIDENTE DO CAE e ALUNOS que foram essenciais para a construção do trabalho, pelo carinho e atenção, pela disposição de tempo, pela generosidade em ajudar no que fosse necessário. Obrigada!

***"Há um mundo a ser descoberto  
dentro de cada criança e cada jovem.  
Só não consegue descobri-lo quem  
está encarcerado dentro do seu  
próprio mundo".  
Augusto Cury***

RIBEIRO, Karoline. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Foz do Iguaçu: estudo da Escola Municipal Papa João Paulo I.** 2015. 105 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

## RESUMO

O presente trabalho investiga como os fatores da alimentação, saúde e educação dialogam dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e como são observados pelos gestores e beneficiários (alunos) no ambiente escolar, em específico, na Escola Municipal Papa João Paulo I, localizada em Foz do Iguaçu. Para realizar a análise da merenda escolar servida e a execução do programa, a metodologia utilizada foi um estudo qualitativo, na análise do PNAE; e quantitativo, na sistematização dos resultados de questionário aplicado para os alunos. Para o estudo também fez-se uso de entrevistas semi-estruturadas, com cinco gestores públicos envolvidos com o Programa e aplicou-se um questionário de aceitabilidade dos pratos ofertados na escola para um total de vinte e cinco escolares do 3º ano da escola em questão. Constatou-se que a alimentação escolar tem sido aprimorada, estabelecendo mudanças significativas da trajetória da política pública. No município de Foz de Iguaçu foi observada uma satisfação e uma aceitabilidade da alimentação servida nas escolas, contribuindo para a promoção de novos comportamentos e hábitos alimentares dos escolares.

**Palavras-chave:** PNAE. Educação alimentar e nutricional. Alimentação escolar. Escola Municipal Papa João Paulo I. Foz do Iguaçu.

RIBEIRO, Karoline. **El Programa de Alimentación Escolar Nacional (PNAE) en la ciudad de Foz do Iguazú: estudio de la Escuela Municipal Papa João Paulo I** 2015. 105p. Trabajo de Conclusión de Curso de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria – Universidad Federal de la Integración Latino-Americana, Foz de Iguazú, 2015.

## RESUMEN

El presente trabajo investiga cómo los factores de la alimentación, salud y educación dialoga dentro en el Programa Nacional de la alimentación escolar (PNAE), y como son observados por los gestores y beneficiarios (alumnos) en el ambiente escolar, en específico, en la Escuela Municipal Papa João Paulo I, situado en Foz do Iguazú. Para realizar el análisis Entretanto en la revisión de la comida escolar servida y la ejecución del programa, la metodología usada en la respuesta de la meta del trabajo, fue un estudio cualitativo, cuanto la análisis revisión del PNAE: y cuantitativo en la sistematización de los resultados de cuestionario aplicado a los alumnos. El estudio también fue hecho del uso de entrevistas semi-estructuradas, con cinco administradores públicos implicado con el Programa y aplicado un cuestionario de aceptabilidad de los platos ofrecidos en la escuela para un total de veinticinco escolares de 3º año de la escuela en cuestión. Se encontró que la alimentación escolar tiene presentado grandes cambios en el ambiente escolar, se mejoró y establecido cambio significativo de la trayectoria de la política pública. En el ciudad de Foz do Iguazú, fue observada una satisfacción y una aceptabilidad de la alimentación servida en las escuelas, subjetivando la promoción para de nuevos comportamientos y hábitos alimentares de los escolares.

**Palabras- clave:** PNAE. Educación alimentaria y nutricional. Alimentación escolar. Escuela Municipal Papa João Paulo I. Foz do Iguazú.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1:** Localização do Município de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná.

**Figura 2:** Técnica da Escala Hedônica, cinco escala para classificação da satisfação nos pratos.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1:** Tipos de valores *per capita* dos repasses institucionais - Governo Federal, ano 2014.

**Tabela 2:** Resultado de nº de alunos que deu as carinhas para cada prato servido, Turma do 3º Ano, Escola Municipal Papa João Paulo I, 2015.

**Tabela 3:** Relação de alunos quanto ao que come no recreio, Turma do 3º Ano, Escola Municipal Papa João Paulo I, 2015.

**Tabela 4:** Alimentos mais preferidos pelas crianças da alimentação escolar, Turma do 3º Ano, Escola Municipal Papa João Paulo I, 2015.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
CME	Campanha de Merenda Escolar
MP	Medida Provisória
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations/</i> Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
EUA	Estados Unidos da América
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SMAG	Secretaria Municipal da Agricultura
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
CF	Constituição Federal
PDMFOZ	Plano Diretor Municipal de Foz do Iguaçu
CMEIS	Centros Municipais de Educação Infantil
PMFI	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
IDEB	Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico
BP3	Bacia do Paraná 3
CAB	Cultivando Água Boa
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPITULO I: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) – BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>14</b>
1.2. PNAE EM FOZ DO IGUAÇU .....	22
1.3. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E HÁBITOS ALIMENTARES .....	26
<b>CAPITULO II: UM OLHAR SOBRE AS DISPOSIÇÕES DO PNAE PARA ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE.....</b>	<b>30</b>
2.1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: COMPREENSÃO E COMPLEXIDADES DO COMER .....	30
2.1.1. Alimentação escolar e o PNAE .....	33
2.2. SAÚDE NA CONSTRUÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR .....	36
2.3 AÇÃO EDUCATIVA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	38
2.4 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E O PNAE: HÁBITOS E PRÁTICAS ALIMENTARES .....	41
<b>CAPITULO III: ESTRATÉGIAS DA INSERÇÃO DOS ALIMENTOS E OLHAR DOS GESTORES E ESCOLARES: CARDÁPIO ESCOLAR .....</b>	<b>46</b>
3.1 O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR .....	46
3.1. 1 A escola municipal Papa João Paulo I – Foz do Iguaçu.....	49
3.2. METODOLOGIA DO ESTUDO DE CAMPO .....	50
3.2.1 Entrevistas com gestores e demais atores sociais envolvidos na execução da alimentação escolar em Foz do Iguaçu.....	51
3.2.2 Questionário com beneficiários da alimentação escolar em Foz do Iguaçu – os escolares .....	52
3.2.3. Observação-participante.....	54
3.3 ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE EM FOZ DO IGUAÇU – CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO I.....	55
3.3.1 Alimentação .....	55
3.3.2 Educação .....	64
3.3.3 Saúde.....	69
3.4 O PNAE: NOTAS SOBRE A PERCEÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS.....	70
3.5 O OLHAR DAS CRIANÇAS SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE .....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXO A – ENDEREÇOS DAS ESCOLAS E CMEIS E CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO B- ENTRADA DA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO I.....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO C – LISTA DE ENTREVISTADOS.....</b>	<b>95</b>

<i>ANEXO D – ROTEIROS DE ENTREVISTAS.....</i>	<i>96</i>
<i>ANEXO E – TABELA COM OS DIAS DA SEMANA E OS PRATOS SERVIDOS NA ESCOLA.....</i>	<i>101</i>
<i>ANEXO F - QUESTIONÁRIO DOS ESCOLARES .....</i>	<i>102</i>
<i>ANEXO G – IMAGEM DO PRATO DE ARROZ E CARNE SERVIDO PELA ESCOLA, UMA AÇÃO ESTRATÉGICA DA MERENDEIRA PARA SERVIR O “CARRETEIRO”.....</i>	<i>104</i>
<i>ANEXO H - IMAGEM DO PÃO COM DOCE E IOGURTE, SERVIDO AOS ESCOLARES.....</i>	<i>105</i>
<i>ANEXO I – LETRA DA MUSICA DAS CRIANÇAS PARA ANTES DO RECREIO .....</i>	<i>106</i>

## INTRODUÇÃO

O estudo dos temas “alimentação escolar e aquisição de produtos da agricultura familiar” se deu pelo interesse de conhecer o processo de execução do PNAE no Município de Foz do Iguaçu, bem como ocorre, no espaço escolar, a construção da educação alimentar e nutricional, a partir do resgate da opinião dos diferentes executores do PNAE e dos beneficiários (os alunos). Neste sentido, o objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi verificar o olhar dos alunos da Escola Municipal Papa João Paulo I e dos gestores envolvidos na execução municipal do programa, em busca de identificar de que forma eles avaliam a alimentação escolar servida na escola, no sentido de refletir sobre a Política de Alimentação Escolar em Foz do Iguaçu.

A escolha do tema se deu pela curiosidade da autora em conhecer a realidade do PNAE em Foz do Iguaçu, tentar interagir e de conversar com a comunidade local, visualizando arranjos que dialogam com a perspectiva do Desenvolvimento Rural e da Segurança Alimentar.

O PNAE é um programa de ação governamental, implantado em 1955, que propõe oferecer uma complementação na merenda escolar nos Estados, Distritos e Municípios, com ajuda financeira conforme a modalidade de ensino dos escolares (FNDE, 2015). Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2015), o programa coopera “para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis”, sendo essa contribuição desenvolvida a partir da alimentação escolar e por ações de educação alimentar e nutricional para os escolares, que são o público alvo do programa.

Torna-se, por isso, relevante analisar as dimensões da ação do PNAE junto ao Município de Foz do Iguaçu, por exemplo, os hábitos alimentares locais e sua contribuição na mudança do padrão de comportamento alimentar dos alunos. Neste sentido, o estudo traz aspectos de como o PNAE executa e relaciona a ação de promoção da educação alimentar e nutricional na Escola Municipal Papa João Paulo I. A escolha desta escola para o estudo de caso, basicamente, foi devido à facilidade de acesso para a realização da pesquisa, conforme será melhor detalhado no terceiro capítulo deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Na realização da pesquisa foi empregada uma metodologia, sobretudo, qualitativa, voltada ao histórico e à análise do Programa, somadas à observação participante. O questionário aplicado para os alunos beneficiários foram sintetizados na forma de tabelas. Entre as técnicas usadas ao longo do trabalho, incluem-se: i) a revisão bibliográfica de dados primários (cinco entrevistas semi-estruturadas para os executores do PNAE local; e um questionário para os alunos beneficiários); ii) a revisão bibliográfica de dados secundários (reportagens, documentos, publicações) e; iii) a observação participante na Escola Municipal Papa João Paulo I. As técnicas utilizadas contribuíram na contextualização do histórico do PNAE, na análise dos temas da alimentação, saúde e educação e, também, na análise do olhar das crianças em torno da merenda escolar.

Os questionários foram baseados em textos de Nascimento (2012), Godoy (2013), Claussen (2013), Paravisi; Ribeiro; Lopes (2011), que trabalharam com a temática do PNAE e a Escala Hedônica, que será apresentada no terceiro capítulo.

É relevante sinalizar que, ao longo deste trabalho, utilizou-se a palavra merenda escolar se referindo à alimentação escolar, em que ambas trazem o mesmo sentido de análise da refeição servida na escola.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O capítulo I apresenta um breve histórico do PNAE, como é executado o programa no Município de Foz do Iguaçu e suas particularidades locais. Na sequência, o capítulo II traz uma análise da compreensão dos temas da alimentação, saúde e educação, trabalhando dentro dessas variáveis o PNAE. O capítulo III retrata o estudo de campo, sendo subdividido em duas partes: i) o olhar dos adultos e executores do programa e; ii) o olhar das crianças beneficiárias do programa. Neste sentido, na primeira parte traz os relatos dos executores sobre o tema da alimentação, saúde e educação e, ainda, suas opiniões sobre o programa. A segunda parte traz o olhar das crianças sobre a merenda escolar e o resultado dos questionários de aceitabilidade da alimentação servida na escola Papa João Paulo I.

## CAPITULO I: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) – BREVE HISTÓRICO

O PNAE é um dos mais antigos programas sociais do Brasil, voltado para a alimentação escolar e inserido, desde 2003, na estratégia Fome Zero. Conforme alguns autores, ações vinculadas a este programa tiveram início em 1954, sofrendo mudanças no discurso da organização estrutural de processos centralizados a descentralizados ao longo do tempo (FROEHLICH, 2010, pg.23).

Segundo Stolarski (2014, pg. 13), existem relatos históricos que apontam a ação de fornecimento de alimentação escolar desde o ano de 1908, por iniciativa da ação da maçonaria realizada no Estado do Mato Grosso. Esta autora indica também que, em 1924, havia a ajuda voluntária para a alimentação em escolas de Minas Gerais, sendo uma ação de construção de pais e mestres, sustentado pelo Caixa Escolar. De modo geral, é a partir de 1930 que ocorrem algumas ações voltadas à alimentação escolar, de estados mais desenvolvidos economicamente, os quais passaram a se responsabilizar pelo fornecimento da alimentação escolar. Mas, foi somente no início da década de 1940, que o Instituto de Nutrição passou a defender que o Governo Federal arcasse financeiramente com a garantia da alimentação escolar.

Para contextualizar o programa, lembra-se que no início dos anos de 1950, houve a criação do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, e estruturou-se o Programa de Merenda Escolar, vinculado diretamente à região Nordeste, considerada uma das regiões com índices de desnutrição e fome alarmantes (NASCIMENTO, 2009, pg.205). Em 1955, a Campanha de Merenda Escolar (CME), de responsabilidade do Ministério de Educação, promoveu uma organização de ações em abrangência nacional, com parceria de organizações internacionais na ajuda à garantia alimentar da população e criou um programa para atender a alimentação de crianças, vinculado ao Programa Mundial de Alimentos da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) <sup>1</sup> (FROEHLICH, 2010, pg.23).

Após a Segunda Guerra Mundial e as mudanças decorrentes nos

---

<sup>1</sup> Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) é uma organização voltada para o debate da fome e da insegurança alimentar. Sendo composta por 191 países membros das atuações e discussões. Seu compromisso pauta-se no combate à fome e pobreza, ainda na discussão do desenvolvimento agrícola e da segurança alimentar (FAO, 2014).

Países do Terceiro Mundo, em virtude da pobreza extrema, presenciou-se o início de ações internacionais de ajuda ao combate à fome e à miséria. Essas ações foram, em princípio, executadas através da importação de alimentos dos Estados Unidos, assim modificando os meios de produção e os hábitos alimentares dos demais países, criando novas práticas alimentares e um novo regime alimentar internacional (FRIEDMAN, 2000, pg. 2; STOLARSKI, 2014, pg. 13).

Segundo Chonchol (2005) as doações alimentícias organizadas pela FAO eram, basicamente, de envio dos excedentes dos países desenvolvidos para os países em situações de miséria. Neste sentido, conforme o autor, as ações refletiram em novos hábitos alimentares das populações beneficiadas, introduzindo uma alimentação baseada na seleção de alimentos como milho, trigo e carnes. Estes alimentos contribuíram para o surgimento de novas características culturais na alimentação internacional. O autor entende que as doações alimentares foram ações voltadas a minimizar os impactos de miséria e pobreza dos países, atreladas às ações do Estado na garantia de solucionar tal problema, num modelo de Estado de Bem estar Social, em que ocorre a construção social da alimentação, como um direito legal. De acordo com Stolarski (2014, pg. 14), inicialmente, de um modo geral, os programas alimentares não ofereciam uma alimentação saudável e com responsabilidade cultural.

Observa-se que o PNAE foi marcado pelas doações internacionais até fins dos anos de 1970. Com a “quebra” de donativos dos EUA para programas alimentares a partir de 1976, o programa da merenda escolar passou a ser financiado por recursos do governo brasileiro, de responsabilidade do Ministério da Educação, o qual entendia ser importante dar continuidade para garantir a permanência das crianças nas escolas.

De um modo geral, a questão alimentar entre os anos de 1950 a 1970 estava voltada à discussão da fome atrelada à capacidade de produção alimentar, sendo o programa de merenda escolar uma ação importante para combater a desnutrição. Entendia-se que a melhoria das condições nutricionais das crianças era um instrumento na alimentação infantil, propiciar a diminuição dos índices de evasão escolar e, também, melhorias no rendimento de aprendizagem (ABREU, 1995, pg.7; FRIEDMAN, 2000, pg. 1).

Os discursos sobre o Programa, ao longo dos anos, sofreram modificações, porém o Programa manteve o foco na alimentação escolar. Por



exemplo, as ações desenvolvidas em 1955 discursavam sobre o combate à desnutrição e à fome das crianças, enquanto hoje o discurso e as ações propostas pelo PNAE defendem a segurança alimentar no acesso e na qualidade da alimentação escolar ofertada aos escolares.

Temas como miséria, educação alimentar, desnutrição, segurança alimentar e nutricional, direito humano à alimentação, alimentação saudável, adequação da merenda escolar, responsabilidade social, hábitos alimentares, diversidade cultural, aquisição de produtos da agricultura familiar, desenvolvimento econômico local e diferenciação de valores têm sido associados ao PNAE. Este programa tem por princípios a universalidade, o controle social, a continuidade, a equidade e a descentralização das ações (FROEHLICH, 2010, pg. 27; STOLARSKI, 2014, pg. 13).

Verifica-se que o programa, ao longo do tempo, foi sofrendo novos rumos para enfrentar problemáticas no tema da alimentação (GRISA, KATO e ZIMMERMANN, 2014, pg. 03). Neste sentido, percebe-se que o PNAE agregou temáticas e dimensões subentendendo novos objetivos e novas ações:

"Na atualidade, o PNAE tem como objetivos principais suprir as necessidades nutricionais diárias dos alunos, contribuir para a redução de evasão escolar, favorecer formação de bons hábitos alimentares em crianças e adolescentes do país, dentro da política de segurança alimentar (BRASIL, 2009 *apud*. FROEHLICH, 2010, pg. 27)".

Simultaneamente à essa agregação de objetivos ao PNAE, houve a construção e conceituação do tema da segurança alimentar e nutricional (SAN):

"SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômico e socialmente sustentáveis"(MDS, 2015).

Vale sinalizar que a compreensão do conceito de SAN dentro do PNAE concentra-se nas ações de educação alimentar, garantia de alimentos adequados e saudáveis e respeito à diversidade cultural, vinculando diretamente alimento e saúde, como garantia de segurança alimentar.

Entende-se que uma política pública parte da perspectiva de atuação do Estado, sendo esse o promotor, incentivador, zelador da

responsabilidade na garantia do bem-estar dos escolares, da alimentação escolar e de iniciativas transformadoras de caráter complexo na construção de políticas públicas (GOBERT & MULLER, 1987 *apud* STOLARSKI, 2014, pg. 32).

Em 1979, o Programa passou a ser denominado programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com ações universais no território nacional e objetivando a suplementação dos escolares, atendendo em 15% das necessidades nutricionais dos escolares (GRISA, KATO e ZIMMERMANN, 2014, pg. 05).

Assim, a proposta do programa tem como público-alvo os alunos matriculados na educação básica (ensino infantil- creches; pré-escolas), ensino fundamental (1º a 9º ano), ensino médio (1º ao 3º ano), adultos e jovens (EJA e Projora), servindo refeições nos intervalos (recreios) do período de ensino na escola (MDS, 2015).

As competências e instâncias que o programa envolve e de atores atuantes em seu desenvolvimento, parte desde a escala Municipal até a Federal. Dentro dessas, encontram-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Tribunal de Conta da União, a Secretaria de Educação, da Agricultura e de Saúde, os Conselhos– Conselho de Alimentação Escolar (CAE), o Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA), as entidades (Escolas), os técnicos (Nutricionista) e os demais atores sociais (agricultores, estudantes, líderes de movimentos entre outros) (FNDE, 2014).

De acordo com FNDE (2014), o recurso financeiro do programa sai do Tesouro Nacional, garantido no orçamento da União, mas a execução financeira parte do FNDE, que distribui o recurso complementar para a alimentação dos escolares, transferido diretamente o valor às entidades executoras da alimentação escolar, no caso, os municípios e estados federados. Este repasse é baseado no Censo Escolar realizado no ano anterior à liberação dos recursos. Por exemplo, o valor repassado para cada município em 2015 é referente ao censo escolar de 2014. No ano de 2014, o FNDE (2015) estimou que o programa investisse previa o investimento alimentar para 3,5 milhões de reais na alimentação de alunos na rede pública de todo o Brasil.

O valor de transferência de recurso aos municípios segue o cálculo seguinte: o número de alunos da escola multiplicado pelo valor *per capita* que cada escola representa (tabela 1) é multiplicado pelo número de dias letivos (200 dias),

sendo que o valor total deste cálculo repassado para os municípios e estados federados (em dez parcelas mensais).

Atualmente o valor *per capita* é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino e seguem os seguintes valores (FNDE, 2014):

**Tabela 1:** Tipos de valores *per capita* dos repasses institucionais - Governo Federal, ano 2014.

<b>Modalidades de Ensino</b>	<b>Valor per capita</b>
Creches	R\$ 1,00
Pré-escola	R\$ 0,50
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,60
Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos.	R\$ 0,30
Ensino integral	R\$ 1,00
Alunos do Programa Mais Educação	R\$ 0,90
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno	R\$ 0,50

Fonte: FNDE, 2014.

É importante salientar que cada modalidade de ensino possui necessidades nutricionais específicas, sobretudo, em relação à necessidade energética e proteica pela questão da faixa etária do aluno, diretamente associada às etapas de crescimento e desenvolvimento, considerando também o período em que as crianças permanecem na escola, hábitos culturais, entre outros fatores.

Desta forma, o papel dos gestores do programa é equilibrar o bem-estar alimentar e social referente ao nutricional e à adequação nos cardápios alimentares e, também, incorporar a produção local dos agricultores- produtores desses alimentos, refletindo o contexto cultural e social da realidade escolar.

A partir da promulgação da nova Constituição Federal (CF) de 1988, que a alimentação escolar passou a ser reconhecida enquanto um direito constitucional da população brasileira. Desta forma, passou a ser considerada de extrema importância para as ações governamentais, através dos órgãos responsáveis pelo cumprimento da garantia a educação e a alimentação no âmbito escolar. A alimentação escolar é entendida como uma ação que permitiu o fortalecimento e a permanência das crianças no espaço escolar, resultando em mudanças no contexto do crescimento, desenvolvimento e aprendizagem das

crianças (DANELON, DANELON e SILVA, 2006, pg.86).

A partir de uma normativa de 2010, prevista no artigo 6º da Constituição Federal, que estabelece a alimentação como um dos Direitos Sociais, sendo esse o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), inicia-se um novo debate quanto à composição e diretrizes para uma política de segurança alimentar e nutricional. Esta, voltada para o respeito à diversidade cultural, às práticas e hábitos alimentares e a incorporação de um jogo complexo na construção de uma política pública de perspectiva social, econômica, cultural e política no país, entre novas políticas públicas vivenciadas pela nação a partir dos anos de 2000 (PAIVA, 2011, pg. 15).

Conforme Grisa, Kato e Zimmermann (2014, pg.5) é na Constituição Federal de 1988 que se definiu a descentralização dos recursos orçamentários para a alimentação escolar. Para as autoras, a partir dos anos de 1993 e 1994, organizou-se a descentralização oficial do PNAE, com a Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994, que definia a responsabilidade da gestão dos recursos destinados a alimentação escolar municipal aos municípios. Assim, a descentralização do Programa estava atrelada aos problemas enfrentados na circulação dos alimentos (distribuição, armazenagem, qualidade), e vinculada diretamente ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta temática foi agregada ao PNAE, conforme nos indica Froehlich (2010, pg.26).

O processo de descentralização do PNAE a merenda escolar, que responsabiliza os municípios de executar o programa em nível municipal (educação básica) ocorreu em 1998, com a Medida Provisória (MP) 1.748. Esta MP transferiu ao FNDE a superioridade e a governança da alimentação escolar (FROEHLICH, 2010, pg. 26; GRISA, KATO e ZIMMERMANN, 2014, pg. 05).

De acordo com Froehlich (2010, pg. 27), em 1988, a descentralização da gestão do Programa permitiu “a aquisição dos gêneros de forma planejada, assegurando a oferta de alimentação escolar durante todo o ano letivo, o que não ocorria na modalidade centralizada”. Esta análise do autor identifica uma mudança na distribuição dos alimentos, evidenciando a complexidade do local (municipal), quanto aos hábitos alimentares e a autonomia da inserção dos produtos regionais ao cardápio escolar. Verifica-se, assim, um aspecto positivo do processo de descentralização, que passou a permitir que os municípios adequassem a alimentação escolar conforme a realidade local.

Com tudo isso, a descentralização do PNAE trouxe novos rumos para o tratamento da alimentação escolar, pois atribuiu aos municípios a responsabilidade de gerir a alimentação escolar local na educação básica. A descentralização também suscitou a necessidade de fortalecer as bases da produção alimentar local, respeitando os hábitos alimentares culturais locais na construção dos cardápios escolares, a qualidade nutricional e dos alimentos presentes na merenda escolar, sobretudo, promovendo a redução de gastos, em busca de autonomia municipal no planejamento (ABREU, 1995, pg. 12).

Diante desse cenário, encontra-se um conjunto de ações intersetoriais necessárias à construção do programa, havendo um esforço no processo de instrumentação e articulação de ações que valorizem os novos arranjos (grupos/indivíduos) de atores que participam no programa. Coloca-se em evidência o diálogo entre os diferentes atores e a sociedade civil, que aparecem como membros ativos no funcionamento do PNAE, conforme indicam as autoras Grisa, Kato e Zimmermann (2014, pg.20):

“a execução do PNAE exige o esforço da intersetorialidade ao colocar em diálogo atores rurais e urbanos e vinculados a múltiplos setores, como educação, nutrição, planejamento, infraestrutura e agropecuária. O arranjo institucional do Programa exige a sensibilidade e a comunicação entre estes diferentes atores, sendo que, quanto maior sintonia e articulações houver em suas ações, mais são potencializados os possíveis resultados do Programa mencionados acima” Grisa, Kato e Zimmermann (2014, pg. 20).

Em 2009, o PNAE apresentou um avanço significativo com a institucionalização da MP nº 455 de 28 de janeiro. Em seu artigo 14, a MP anuncia que 30% dos recursos orçamentários do FNDE repassados aos municípios e estados devem ser voltados para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar para atender a alimentação escolar (Grisa, Kato e Zimmermann, 2014).

“A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, município e Distrito Federal pelo FNDE para o Pnae deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente de agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se nesse caso, o procedimento licitatório”. (Portal do FNDE – PNAE Alimentação Escolar, 2014).

Entende-se que a Lei nº 11.947/2009 desenvolveu a ampliação do oferecimento da alimentação escolar, onde agregaram-se os agricultores familiares na construção do PNAE. Isto passou a exigir a construção de ações intersetoriais, com conexões estruturais em escalas diferentes e de sujeitos inseridos na construção do programa. Neste sentido, o programa aparece como sendo uma ferramenta incentivadora para futuros programas sociais e alimentares, que contemplem ações sistêmicas e que trabalhem com a complexidade da realidade (GRISA, KATO E ZIMMERMANN, 2014, pg. 20).

Conforme autoras Grisa, Kato e Zimmermann (2014, pg.17), essa mudança na aquisição dos alimentos favorece a dimensão do desenvolvimento rural local e regional, desenvolve ações educativas de hábitos alimentares saudáveis e promove a revalorização do espaço rural ao fomentar a agricultura tradicional/agroecológica/campesina, desfazendo a lógica construída do distanciamento entre o rural e o urbano.

Segundo Paiva (2011, pg. 111), a inserção dos alimentos da agricultura familiar na merenda escolar pelo PNAE possibilita a valorização de outro ator social no contexto da política, o agricultor. Sobretudo, esse novo contexto do programa emplica uma nova concepção de alimento, sendo este compreendido como “mais saudável”, “sem agrotóxico” e “não industrializado”, estabelecendo um novo olhar para alimentação escolar. É possível, entretanto, reconhecer que nem todo alimento produzido regionalmente está inserido no hábito alimentar da população, tampouco necessariamente é saudável.

É importante ressaltar que houve um período em que as grandes empresas alimentícias dominavam as demandas da alimentação e o PNAE favorecia a aquisição desses produtos, mesmo direcionando seu discurso para alimentação saudável e nutricionalmente adequada. Grisa, Kato e Zimmermann (2014, pg. 8) evidenciam que, em outras épocas, o PNAE não abria vantagem e nem diálogo com os produtos dos pequenos agricultores, sendo esses os possíveis fornecedores de alimentos *in natura* e de qualidade. A mudança recente na legislação para a aquisição dos produtos da agricultura familiar contribuiu para as mudanças neste cenário.

Segundo Swedberg (1994) *apud*. Froehlich (2010, pg. 32), o PNAE não é um mero mecanismo de geração de renda, de formação de preços e alocação de recursos, mas busca fomentar a valorização da agricultura familiar,

desenvolvendo-se como instrumento de mercado para esse segmento social. Mas, sobretudo, traz a construção e discussão dos hábitos alimentares saudáveis nas escolas e no ambiente familiar, em vista de torná-los consumidores críticos e sustentáveis.

Conforme Friedman (2000, pg. 16), “as compras públicas oferecem grandes possibilidades para a mudança das economias de escala, no sentido de fortalecer a produção local frente às grandes redes comerciais continentais”. Desenvolvem, nessa perspectiva, a construção e valorização do sistema agroalimentar de circuitos curtos, que aproxima processos dos produtores (agricultores) com os consumidores (escolares) e do contrário, também, estabelece relação de convivência e de proximidade do alimento e sua origem (MALUF, 2004, pg. 308).

É analisado que o PNAE é um programa que deve atender aos diferentes contextos culturais quanto à alimentação escolar, posto que uma de suas exigências é o cuidado com os hábitos alimentares regionais. De um modo geral, é possível sugerir que há certo protagonismo por parte do responsável técnico do programa nos municípios, normalmente os nutricionistas, que têm a responsabilidade de elaboração dos cardápios, buscando equilibrar hábitos regionais, composição nutricional e vocação agrícola do município.

Resumidamente, o PNAE apresenta-se como um programa de fomento para novos hábitos alimentares, com proposta de inserção dos escolares no desenvolvimento de uma alimentação saudável. Visa incentivar, no âmbito escolar-educativo, tanto um novo hábito alimentar saudável quanto a preservação dos hábitos alimentares locais, assim como os próprios hábitos dos escolares. Isto é perceptível quando analisamos os primeiros objetivos do Programa e o seu contexto atual (PAIVA, 2011, pg. 117).

## 1.2. PNAE EM FOZ DO IGUAÇU

O PNAE no município de Foz do Iguaçu está ancorado no objetivo de oferecer aos escolares uma alimentação saudável e de qualidade, que cubra as necessidades nutricionais dos alunos durante o período que estejam na escola. É notório que o público-alvo do PNAE são os alunos. O Programa visa o bem-estar

nutricional da criança quanto à alimentação escolar, promovendo a aproximação da educação e do alimento, na promoção de hábitos mais saudáveis.

Segundo noticiário do Portal Vida de Estudante (2011):

“A aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar atendendo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, determina que 30% dos recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sejam destinados para aquisição de alimentos municipais” (Portal Vida de Estudante, 2011).

Por determinação legal, em conformidade com a Lei Federal nº 11.947/2009 designado pelo FNDE, o processo de compra dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar no Município de Foz do Iguaçu ocorre por chamada pública. Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu abre edital de fornecimento de gêneros alimentícios de agricultores familiares formais e informais, que é destinado para o consumo nas Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil, Centros Escolas Bairro e Entidades Filantrópicas (Edital de CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2014).

O período de fornecimento dos gêneros alimentícios é de seis a doze meses, e os produtos devem obedecer às descrições nutricionais, sanitárias e qualidade do alimento previstas no edital da chamada pública. Em 2014 foram abertos dois editais para compra de produtos da agricultura familiar a base de panificados (cuca, biscoito, pão integral), voltado a atender as escolas durante um período de seis meses. Para a aquisição de outros gêneros alimentícios (legumes, verduras e frutas) foi realizada uma Chamada Pública por ano. Nestes casos, o período de validade do contrato com a Prefeitura é de doze meses.

Os itens adquiridos em 2014 diretamente da agricultura familiar foram: alface, abobrinha verde, abóbora moranga, banana caturra, laranja, vagem, batata doce, beterraba, brócolis, cenoura, cheiro verde, chicória, couve manteiga, mandioca, milho verde, melancia, pimentão, laranja, ponkan, repolho, polpa de fruta, tomate, pão caseiro, “cuca” (bolo doce da culinária alemã) sem recheio, biscoito caseiro. Esses produtos são fornecidos conforme a estação do ano, verão ou inverno, havendo mudança de cardápio, ainda, valendo-se da sazonalidade do alimento (produção) (Portal Vida de Estudante, 2011; Edital de chamada pública 003, 2014).



Entre os atores vinculados à execução do PNAE em Foz do Iguaçu, além da Secretaria Municipal de Educação, está a Secretaria Municipal de Agricultura. Em 2009, esta Secretaria desenvolveu, dentro da proposta do programa, o projeto “Agricultura Familiar” que promoveu a inclusão dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar municipal, com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos, Modalidade Compra Direta, do governo federal (Portal CLICKFOZ, 2009). Este projeto municipal trouxe a agregação dos alimentos da agricultura local, de pequenas propriedades, e o estímulo para renda familiar do agricultor, em conformidade a Lei Federal nº 11.947/2009.

A reportagem do portal Clickfoz (2009) indica que as ações municipais e governamentais necessitam de parcerias para resultados sólidos. O documento demonstra que no município criou-se um mecanismo para incentivar o PNAE. Coube à Secretaria Municipal de Agricultura articular o diálogo com os atores (agricultores), responsáveis pelo fornecimento dos alimentos para as escolas municipais.

É, entretanto, a Secretaria Municipal de Educação, o órgão responsável pela execução do programa e pela delimitação das ações na alimentação e na educação alimentar das escolas municipais. O responsável técnico pelo PNAE é o nutricionista, sendo este profissional desencadeador de funções na elaboração do cardápio, nas compras dos gêneros alimentícios, na descrição e características dos produtos (qualidade-quantidade nutricional).

A partir da análise da entrevista realizada com o Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), de um modo geral, na construção processual do PNAE, as merendeiras são as responsáveis diretas pela execução do programa, pois são essas que agregam valor as preparações para os escolares.

Neste sentido, em Foz do Iguaçu, buscam-se estratégias de adequação do cardápio mensal, elaborado pela nutricionista, conforme a realidade escolar, e disponibilidade de gêneros alimentícios, as entregas, e o preparo da alimentação escolar, realizado pela merendeira. Uma das estratégias municipais mencionadas pelo entrevistado foi um evento realizado com as merendeiras, denominado Concurso de Receitas Saudáveis, voltado para a alimentação escolar, apoiado pelo Cultivando Água Boa (CAB).

Em entrevista, a Nutricionista Municipal, responsável técnica pelo PNAE, comentou que no referido concurso as merendeiras inscreveram receitas

que pudessem ser aplicadas na alimentação escolar. Neste sentido, comentou que já ocorreu a apropriação de receitas vencedoras do concurso na merenda escolar em Foz do Iguaçu, por exemplo, citou o caso da canjiquinha, que atualmente faz parte do cardápio das escolas do município, principalmente no período de inverno.

O processo fiscalizador e executor do PNAE no município é de responsabilidade do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), disposto no Decreto Nº 18.778 de 1 de abril de 2009. Neste Decreto, o Município atribuiu ao CAE à ação fiscal e social, determinante para a projeção do programa no âmbito municipal e federal (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2009).

Em entrevista para este estudo de TCC, o presidente do CAE do município de Foz do Iguaçu sinalizou a participação de quatro membros concursados, atuantes na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, no CAE. O entrevistado entende que seu funcionamento deveria se concentrar em ser um órgão fiscalizador, propositivo e consultivo, não sendo apenas um fiscalizador de verbas, mas exercendo uma ação atuante na alimentação escolar. Relatou que o CAE amplia o diálogo dos gestores da educação, da agricultura, do legislativo, do executivo e a sociedade civil, num debate conjunto dos atores inseridos no PNAE para a formação de melhorias na alimentação escolar.

Conforme foi possível observar, o PNAE apresenta-se no Município de Foz do Iguaçu como uma ferramenta de incentivo para a agricultura familiar, para a produção de alimentos saudáveis, menos desperdício de alimentos, oferta de alimentos frescos, diversidade de produtos, agregador de renda aos agricultores familiares e na educação e multiplicação de hábitos alimentares saudáveis (Portal da Cidade, 2013).

Segundo a nutricionista responsável pelo PNAE no Município, o Programa apresenta pontos positivos e satisfatórios na melhoria da alimentação das escolas municipais e centros municipais de educação infantil. Conforme a entrevistada, o programa tem gerado satisfação entre os gestores e alunos envolvidos, pois oportunizou mudanças significativas na alimentação escolar, fazendo uma ponte direta entre os atores sociais do sistema alimentar local, da produção, processamento e do consumo pelos escolares.

O PNAE no município tem se apresentado satisfatório e entusiasmante, pois tanto pelas reportagens quanto pela opinião da nutricionista responsável pela composição dos cardápios, identifica-se um sentimento de

“melhora” na alimentação escolar. O programa também tem contribuído para o desenvolvimento e incentivo da produção agrícola que está ocorrendo junto aos pequenos produtores locais, além de levar ao espaço escolar a garantia de uma alimentação saudável e de qualidade, com agregação de valor ao alimento e o incentivo a um olhar educativo sobre a alimentação escolar.

De fato, como mencionado pelos entrevistados para este estudo de TCC, constata-se uma mudança significativa na alimentação escolar municipal, com a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares da região. De um modo geral, foi observado em comum entre os entrevistados que hoje o alimento é fresco, sendo produzido em curto espaço de tempo até chegar à escola.

Reflexões mais aprofundadas sobre o contexto do PNAE em Foz do Iguaçu, a partir do caso estudado para este TCC, serão apresentadas no terceiro capítulo deste documento. A seguir, são apresentadas observações sobre aspectos presentes na inter-relação entre alimentação escolar e hábitos alimentares derivados do PNAE.

### 1.3. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E HÁBITOS ALIMENTARES

Segundo Costa; Ribeiro e Ribeiro (2001, pg.227), o PNAE é também visto como um instrumento pedagógico quando trabalha a construção de um espaço educativo que estimula a integração do tema da segurança alimentar nas grades curriculares dos escolares. Para os autores, o programa não deve servir como uma política assistencialista nutricional, mas fomentadora e promotora de arranjos educativos de novas práticas de alimentação saudáveis.

Segundo Abreu (1995, pg. 12), o processo de descentralização da merenda escolar contribuiu de forma positiva para o respeito aos hábitos alimentares locais:

“cria-se de fato condições não só para o respeito aos hábitos alimentares locais e para a incorporação de alimentos in natura à merenda, mas também para a reflexão sobre o papel que a alimentação escolar desempenha: elemento estranho à escola ou atividade pedagógica integrada ao currículo?”( Abreu, 1995, pg. 12).

A complexidade desses dois pontos levantados por Abreu (1995) denota que a política de alimentação escolar, com recursos voltados para educação, pode criar (ou não) diálogos entre os dois elos: Educação e Alimentação.

Segundo Garcia (1994, p. 9), os hábitos e comportamentos alimentares representam um processo de autonomia do indivíduo, pois constitui traços de identidade cultural, em que a complexidade da alimentação desenvolve ligações intermediadas pelo simbolismo e pelos significados que tendenciam as disposições a um ou outro alimento.

“A representação social é a construção mental da realidade, que possibilita a compreensão e organização do mundo, bem como orienta o comportamento. Os elementos da realidade, os conceitos, as teorias e as práticas são submetidos a uma reconstituição a partir das informações colhidas e da bagagem histórica (social e pessoal) do sujeito, permitindo, dessa forma, que se tornem compreensíveis e úteis” (GARCIA, 1994, p.11).

Para Paiva (2011, pg. 28), “os hábitos alimentares são fenômenos socioculturais historicamente derivados, que possuem suas raízes em convenções sociais, condições históricas, acúmulos de vivências”. Na compreensão da autora, verifica-se que a contextualização conceitual de hábito alimentar está inserida numa complexa construção de vida e de aprendizado ao que os indivíduos conectam com suas escolhas de gosto.

A análise sobre hábitos alimentares, conforme Ramos e Stein (2000, p. S230), traz a concepção de “hábitos como sendo um ato, uso e costume, ou um padrão de reação adquirido por frequente repetição da atividade (aprendizagem)”, expressando o sentido da utilização do termo. Ainda, os autores ressaltam a aplicação do termo hábito (alimentar), no sentido de comportamento (alimentar). Neste sentido, hábitos e comportamentos alimentares compreendem que os alimentos ou o tipo de alimentação consumida pelos indivíduos denotam agregação de interações de fatores para a construção de comportamento alimentares.

Segundo Paiva (2011, pg. 42); Ramos e Stein (2000, p. S230), o respeito aos hábitos alimentares esta presente na ação das crianças no momento da escolha, na definição do momento de comer um alimento (comida), dos horários

de consumo dos alimentos, nas experiências do tipo de refeição e formas de comer os alimentos.

Há, contudo, certa complexidade de contextualização conceitual de hábitos alimentares e seus diferentes olhares para temática:

“o hábito alimentar é definido em uma multiplicidade de interferências que são estabelecidas no mundo circundante, espaço este no qual o sujeito fundamenta para si a domesticação do consumo e a instituição do gosto. O autor salienta que ocorrem distintas maneiras de se formar hábitos e conceber o alimento a partir das condições materiais que determinam o acesso dos distintos grupos sociais” (FREITAS *apud*. PAIVA, 2011, pg. 29).

“O hábito alimentar pode ser definido como um código elaborado e complexo que extrapola o ato de comer, possibilitando a compreensão da organização econômica de uma sociedade e suas relações sociais. Ele não está dissociado do restante da cultura, em especial da religião, da moral e da saúde” (BOTELHO *apud*. PAIVA, 2011, pg. 29).

A dimensão de alimento saudável é uma construção individual de como cada indivíduo traz sua incorporação e representação do que é saudável. Isto expõe a complexidade quanto ao envolvimento e contextualização do indivíduo com seu mundo e para a decisão de consumir determinado alimento, sendo este alimento um benefício ou um possível risco para a saúde, dialogando diretamente com a ação de escolha do que comer (PAIVA, 2011, pg.42).

Para Carvalho (2008, pg.831), as preferências alimentares dos escolares são influenciadas pelos hábitos e preferências dos seus pais. Para o autor, neste ponto de vista, o processo pedagógico escolar está à mercê de indivíduos com construções e práticas alimentares diferentes, que, entretanto, alimentam-se com a mesma alimentação escolar. Esta questão suscita a curiosidade sobre como se dá a construção do cardápio nas escolas, visto que parece impossível agradar a todos os escolares e, ainda, garantir uma prática alimentar saudável.

Para alguns autores, a descentralização das compras de alimentos e a responsabilidade ao município trouxeram a incorporação de novos hábitos alimentares no contexto escolar, estabelecendo meios mais sensíveis às particularidades regionais (Grisa, Kato e Zimmermann, 2014, pg. 16 ; Abreu, 1995, pg. 12). Para os autores, por exemplo, este processo trouxe a necessidade de incorporação de alimentos frescos e de qualidade, embora nem sempre através de diálogo com o setor produtivo de pequeno porte, resultando na alimentação escolar

pressionada pela oferta de alimentos industrializados de grandes indústrias alimentares.

O modelo descentralizado no processo de compra do programa, além de enfatizar e promover a autonomia municipal no planejamento, foi um estímulo para a aquisição de alimentos *in natura* dos agricultores familiares locais, favorecendo a aproximação do cardápio escolar com os hábitos regionais. O que não quer dizer, entretanto, que se pode contabilizar como uma garantia de respeito aos hábitos alimentares (SPINELLI & CANESQUI, 2002 *apud*. PAIVA, 2011, pg.20).

A análise para as disposições aos hábitos e comportamentos alimentares vem apresentar a perspectiva considerada ao longo do trabalho em diálogo com a complexidade da alimentação escolar. É interessante observar como o ato da alimentação, o espaço escolar e a agregação do saudável estão dialogando com o PNAE. Esta reflexão dá origem ao segundo capítulo, a seguir.

## **CAPITULO II: UM OLHAR SOBRE AS DISPOSIÇÕES DO PNAE PARA ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**

Este capítulo irá abordar o diálogo que o PNAE pode estabelecer no ambiente escolar para uma ação promotora de novas práticas alimentares saudáveis e de incentivo ao desenvolvimento de novos hábitos alimentares dos escolares.

Nesta perspectiva, o capítulo é dividido em quatro subitens: o primeiro voltado para os estudos e análises quanto à alimentação, concepção de alimento e o simbolismo quanto ao ato de comer; o segundo aborda o contexto da saúde, voltado para noções nutricionais e biológicas da alimentação; e o terceiro concentra na educação, ações pedagógicas no âmbito escolar de fortalecimento aos processos de aprendizado e de construção de novos consumidores conscientes e críticos. Por último, o quarto item apresenta a construção conjunta destes temas, abordando um ponto de vista da autora e seu entendimento do que caberia ao PNAE estabelecer para se tornar, de fato, um promotor de novos hábitos e práticas alimentares.

### **2.1 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: COMPREENSÃO E COMPLEXIDADES DO COMER**

Segundo Sonnino e Morgan (2010, pg. 72), a temática da alimentação nas escolas aborda que este serviço de ação pública demonstra o compromisso de uma sociedade em prol do desenvolvimento social. Os autores também questionam a dificuldade e complexidade de oferecer uma alimentação escolar.

“Na realidade, apesar do estereótipo de um serviço simples, a alimentação escolar é parte de uma ecologia bastante complexa que exige sincronismo de diversas variáveis. Para ser eficaz, a reforma da merenda escolar exige mudanças em todo o sistema, dadas a interdependência do processo que traz o alimento da terra até a mesa” (SONNINO; MORGAN, 2010, PG. 72).

Dentro dessa perspectiva, a alimentação escolar apresenta-se como um fator de extrema importância no ambiente escolar e como disseminadora da ação do Estado, sendo a alimentação vinculada diretamente ao bem-estar dos escolares, a garantia do direito humano e como veículo de promoção para novos

olhares ao fator alimentar (de onde vem o alimento consumido, o que se comer, qualidade do alimento, da produção alimentar) (COSTA; RIBEIRO e RIBEIRO, 2001, pg. 228).

O PNAE, como abordado no capítulo anterior, traz uma política voltada à promoção de melhorias nas condições de alimentação escolar, trabalhando com ações intersetoriais de Ministérios da Educação, Agricultura e Saúde (BARROS; TARTAGLIA, 2003, pg. 121). Desta forma, a alimentação escolar não pode se distanciar dos diferentes olhares que estão inter-relacionados ao tema do comer e demanda ações interdisciplinares e multidisciplinares para se chegar aos objetivos do programa.

Loureiro (2004, pg.43) enfatiza o ato da alimentação como uma fonte de nutrientes de satisfação corporal, não se limitando apenas ao campo nutricional, mas uma ação que apresenta agregação de valor cultural e de contextualização social de cada pessoa. O autor cita que a alimentação determina "... a saúde e traduz as condições de vida de cada um, o contexto em que se move a cultura que perfilha um traço de identidade e como reflexo das pressões sociais". Segundo Maciel (2001) para a perspectiva do alimentar:

"O alimentar-se é um ato vital, sem o qual não há vida possível, mas, ao se alimentar, o homem cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporando a si mesmo, o que vai além da utilização dos alimentos pelo organismo" (MACIEL, 2001, pg. 145).

A alimentação, além de responder ao aspecto nutricional de necessidade para o corpo (fator fisiológico e biológico), desenvolve aspectos construtivos sociais e culturais (ROTENBERG; VARGAS, 2004, pg.86). Os mesmos autores argumentam que isso é o que diferencia o alimentar do ser humano dos demais seres vivos. Para os autores, "o homem é biológico e social, um ser psíquico, afetivo e cultural, sendo meio indissociável", de forma que "a alimentação do ser humano não é instintiva, é construída e aprendida cognitivamente e ideologicamente nas relações.



“A alimentação está envolta nos mais diversos significados, desde o âmbito cultural até as experiências pessoais. Há momentos mais propícios para o doce, o salgado, a bebida, a fartura ou a restrição alimentar, que são impregnados de significados culturalmente determinados. Nas práticas alimentares, que vão dos procedimentos relacionados à preparação do alimento ao seu consumo propriamente dito, a subjetividade veiculada inclui a identidade cultural, a condição social, a religião, a memória familiar, a época, que perpassam por esta experiência diária” (GARCIA, 1994, p.1).

Dentro dessa análise, pode-se observar que a alimentação não está apenas concentrada em suprir nutricionalmente o ser humano, mas emocionalmente também, pois representa a ação de pertencimento, a ativação de sentidos, o descobrimento de novos sabores (gostos), a valorização da identidade e a construção de hábitos.

O se alimentar está pautado na relação do indivíduo com o outro, onde o alimentar traz a construção do acesso aos momentos e encontros, em que ocorrem processos de criação de sociabilidade na ação afetiva da alimentação (ROMANELLI, 2006, pg.336). Segundo o mesmo autor, “... a alimentação apresenta valores simbólicos no prazer propiciado pela comida, sejam eles gustativos, psicológicos ou sociais, provenientes das relações criadas em torno das refeições”. De acordo com Maciel (2001, pg.146), o homem não se alimenta apenas do comer alimento, mas de significações e representações, implica no valor simbólico que o ato de se alimentar representa na personalidade cultural do indivíduo.

A ação afetiva da alimentação apresenta-se como um conjunto de variáveis que está associada ao alimentar, desde o processo de preparo, das pessoas que participam dessa alimentação, do contexto e do lugar/espço, da apresentação da comida, todos estes aspectos, desta forma, desenvolve e promove costumes e hábitos alimentares, que caracterizam as escolhas pessoais para a alimentação (ROMANELLI, 2006, pg.336).

Segundo Fischler (2001) *apud* Maciel (2001, pg.147):

“a variedade de escolhas alimentares humanas procede, sem dúvida, em grande parte da variedade de sistemas culturais: se nós não consumimos tudo o que é biologicamente ingerível, é porque tudo o que é biologicamente ingerível não é culturalmente comestível” (Maciel, 2001, pg.147).

Dentro dessa análise, o que é considerado “comida” para um grupo de indivíduos, pode não ser comida para outro grupo. Diante disso, o que viabiliza

esse conceito de comida ou não, é a escolha do indivíduo relacionada por si próprio e as classificações culturais instaladas, que determinaram o que é comestível aos seus prazeres (MACIEL, 2001, pg.149).

Um aspecto interessante na alimentação é analisar as dimensões que envolvem suas escolhas, quanto o que se come, como se come, quando se come e o quê e com quem comemos (MACIEL, 2001, pg.150). Para este autor, a partir dessas escolhas, a alimentação expressa a satisfação (bem-estar), os gostos, as sensações dos indivíduos e aborda a complexidade do alimentar-se, pois não fica reduzida apenas ao comer, mais todas as situações do ambiente.

Pensando que a alimentação envolve várias dimensões do comer, isso nos faz refletir, dentro dessa perspectiva, se o PNAE apresenta uma ação promotora que trabalha com essas situações e circunstâncias alimentares. É interessante observar a ação do Programa pautado para a alimentação escolar e perceber como e este Programa constrói esse processo na escola. Será que o PNAE atende a complexidade da alimentação escolar?

Parece-nos interessante uma análise sobre como essas dimensões (quando se come, como e quanto se come, o que se come, com quem e por que se come) se relacionam quanto ao ato de se alimentar no ambiente escolar. Também, interessante seria refletir sobre como essas variáveis influenciam a construção representativa da merenda escolar entre os alunos, dentro dessa representatividade, como os alunos identificam e se apropriam dos hábitos alimentares para suas vidas.

### 2.1.1. Alimentação escolar e o PNAE

A alimentação escolar traz várias discussões e debates em sua temática, desde a alimentação enquanto um direito humano até o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar. Tornando-se um tema complexo, pois dialoga no processo da cadeia do alimento, desde onde se planta até onde estes produtos viram comida e, assim, é servida para os escolares.

Neste olhar, o alimento enquanto elemento indissociável na educação escolar demonstra que o PNAE traz elementos inter-relacionados de relevância no contexto escolar e, fora dele também, no caso, um mercado alternativo para os agricultores familiares do município. Assim, a Lei nº 11.497/2009, estabelece um diálogo aprofundado no conhecer o alimento, trabalhando com a segurança

alimentar e, ainda, da aproximação com o produtor, quanto ao desenvolvimento sustentável, colocando entre suas diretrizes o resgate da alimentação adequada e saudável; o trabalho de educação alimentar e nutricional, desenvolvendo a valorização de hábitos alimentares e à aquisição de gêneros alimentícios sustentáveis da agricultura familiar local ou regional (MALUF, s/d, pg. 24).

A análise para a alimentação escolar necessita de uma ação reformista, objetivando novos olhares sobre a temática. Esta ação reformista é referenciada por Sonnino e Morgan (2010, pg.74), no sentido de construir gradualmente uma posição ativa do poder público, na promoção de ações intersetoriais, que possam conectar a cadeia do alimento até este chegar à escola, assim mediando produtor e consumidor.

Conforme Sonnino e Morgan (2010, pg.73), as refeições escolares desenvolveram novos rumos para a reforma da alimentação escolar, em que o processo de aquisição de alimentos aparece como uma oportunidade de mercado alternativo para venda de alimentos dos agricultores familiares, fomentando o desenvolvimento de novas cadeias de alimentos locais (circuitos curtos). Para estes autores, observa-se a agregação de valor para o alimento produzido localmente “de qualidade”, porém nem todo alimento produzido localmente é um alimento de qualidade ou sustentável (SONNINO e MORGAN, 2010, pg.74). Estes autores verificam a existência de uma reforma alimentar, em que um novo processo de alimentação escolar está em curso, um processo que vinculada diretamente o consumo escolar à produção do alimento, assim surgindo um sistema de alimentação baseado na qualidade, com novos valores culturais.

Menasche (2002, pg.4), num estudo realizado no Estado do Rio Grande do Sul, sobre os riscos à mesa pela inserção dos alimentos industrializados e transgênicos, traz a observação sobre um contexto alimentar obscuro (desconhecido), referente à procedência e trajetória do alimento e sua composição até chegar à disposição dos consumidores. A autora coloca que, diante disso, ocorre um processo de distanciamento entre produtor e consumidor com relação aos alimentos consumidos.

Considerando o comentário da autora, é observado que o PNAE traz uma ação que contempla esta incorporação da aproximação entre produtor e consumidor, dialogando dentro de uma mesma política, em que o benefício é mútuo para os dois lados, tanto para os escolares quanto para os agricultores familiares.

Assim, esse processo do distanciamento da cadeia do alimento se reduz, tornando mais próximo os consumidores, os alunos.

A retomada do elo entre produtor e consumidor, com caminhos mais estreitos e curtos, possibilitou a agregação significativa da aquisição de alimentos “naturais” em oposição ao artificial. Segundo Menasche (2002, pg.13), o alimento “natural” é “aquele fresco, caseiro, tradicional, puro e saudável”, já o alimento artificial é “aquele processado, industrializado, distante e moderno”. Assim, percebe-se um novo entendimento do significado do alimento na escola, em que o programa promove a valorização e preocupação com os alimentos para os escolares.

Maluf (2009, pg.3) questiona sobre o papel da escola ao fornecer comida. Caberia a um ambiente escolar dispor de cozinha e não possuir uma biblioteca? Qual é o propósito de frequentar a escola para os escolares? Apenas vão para assistirem as aulas? Ao mesmo tempo, o autor lembra que é necessário ponderar que a cozinha serve como um ambiente educativo, não se limitando apenas a ser um ambiente de preparação de refeição.

Considerando o autor, entende-se que a alimentação apresenta-se como uma importante variável de análise, pois como é uma linguagem, em que se têm prescrições, proibições, significados, que acompanham o alimentar e o consumo do ser humano. O comer dos indivíduos tem uma relação construída por base de diferenças. O comer de cada indivíduo vai depender de seu estado nutricional, do fator idade, da situação social (classe), do contexto do ambiente, das questões culturais, o que gera uma identificação pessoal ou em grupo em torno do ato de se alimentar. Nessa dimensão, a alimentação simboliza o contato diário com a vida e com a participação social dos indivíduos no mundo (identidade) (ROTENBERG; VARGAS, 2004, pg.86; MACIEL, 2001, pg.146).

Abreu (1995, pg.17), ao tratar da merenda escolar, apresenta uma discussão quanto ao fato de o PNAE ter por objetivo que a alimentação servida nas escolas atenda 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos. O autor reflete que esse percentual refere-se ao período que o escolar permanece na escola, para se pensar a alimentação fornecida no intervalo das aulas. Para o autor, se pensarmos que para alguns alunos a merenda escolar é a “única” refeição diária, torna-se insuficiente a ação do Programa. Neste sentido, estima-se que 85% das necessidades nutricionais dos escolares não são atendidas, assim não atuando adequadamente sobre a “fome do dia” (ABREU, 1995, pg.9).

De acordo com Abreu (1995, pg.17):

“A merenda só pode deixar de ser "comida para carente" se as políticas públicas de alimentação escolar, reconhecendo a situação de pobreza e miséria da maioria dos alunos da escola brasileira, garantirem o fornecimento de mais de uma refeição diária, sendo uma delas administrada quando a criança entra na escola” (ABREU, 1995, pg. 17).

A merenda escolar, dentro do PNAE, traz uma proposta de fornecer uma parte dos nutrientes alimentares que os alunos necessitam enquanto permanecem na escola. Serve, assim, como uma ação promotora de saúde ao processo da educação, em que suas ações dirigem a educação alimentar, a hábitos alimentares saudáveis e à educação de consumidores (SILVA; BOCCALETTO, 2010, pg.25, ABREU, 1995, pg.9).

Na sequência, será abordada a contextualização da alimentação escolar enquanto uma ação de saúde, estabelecendo um diálogo com os aspectos nutricionais, biológicos e sociais da alimentação, abordando o saudável na alimentação escolar via o PNAE.

## 2.2. SAÚDE NA CONSTRUÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A formação das práticas e hábitos alimentares tem influência de fatores fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, como já visto anteriormente. Essa apropriação de práticas alimentares, entretanto, ocorre principalmente enquanto fase de criança, tendo como modelos em sua formação os familiares (adultos), da mídia (promovendo propagandas irresistíveis) e da escola (LOUREIRO, 2004, pg.45, DEMINICE *et. al.*, 2007, pg.35).

Os conhecimentos em nutrição têm sido de extrema importância na alimentação escolar, dentro da análise da educação nutricional, que torna o alimento alvo de desenvolvimento e promoção nas novas práticas alimentares (SANTOS, 2010, p. 454). Porém, para os autores, apenas conhecimento e informação não são suficientes para modificar ou transformar o estado nutricional de uma criança.

Segundo Deminice *et. al.* (2007, pg.35), a escola é um espaço de ensino, de representação, um ambiente de promoção e conhecimento das crianças. Os autores observam a construção complexa que envolve a alimentação escolar,

trazendo consigo a importância da execução do PNAE na educação alimentar. Para os autores, o PNAE envolve o interesse e a necessidade de diversos atores participantes da alimentação escolar, em que o processo de ensino deve integrar os profissionais das escolas e os pais, para que as ações do programa sejam ações promotoras e transformadoras, enquanto práticas de alimentação saudável.

Segundo Costa; Ribeiro e Ribeiro (2001, pg.226), a escola é o espaço próprio para atividades educativas em nutrição, de promoção da saúde, sendo necessária a construção do conhecimento da alimentação saudável para o bem estar dos escolares e para a formação de adultos conscientes e prestativos para o viver saudável:

“as atividades educativas em nutrição podem e devem ser utilizadas como um importante instrumento de apoio na promoção da saúde aproveitando-se do espaço criado pelo Programa de Alimentação Escolar para refletir, analisar e discutir esses fatores, sem que isso seja considerado um substitutivo das necessárias e urgentes reformas estruturais que, certamente, proporcionariam uma melhor distribuição de renda e, por consequência, condições de vida mais dignas” (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO 2001, pg. 226).

Segundo Loureiro (2004, pg.45), a promoção da saúde na escola depende de ações que tornem as escolhas saudáveis mais fáceis de serem executadas. Assim, a criança passa a desenvolver práticas de uma alimentação saudável, como meio já incorporado às suas escolhas. Loureiro (2004, pg. 45) ainda enfatiza que “educar para comer bem, de uma forma saudável, constitui um desafio às capacidades crítica e de assertividade para contrapor ao meio circundante a sua vontade esclarecida”.

Conforme o mesmo autor, a conquista de mudanças e da transformação de práticas e comportamentos alimentares saudáveis depende, em parte, do próprio indivíduo. Sendo assim, o indivíduo precisa fazer suas próprias escolhas e essas escolhas é que vão influenciar sua vida.

Assim, é notável a complexidade de trabalhar alimentação escolar e ações de promoção da saúde, pois apenas o acesso à informação não basta para mudanças nas dinâmicas alimentares dos escolares e de sua família.

## 2.3 AÇÃO EDUCATIVA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Segundo Santos (2010, pg.455) e Deminice *et. al.* (2007, pg.35) as ações educativas de alimentação nas escolas, por meio de políticas públicas precisam promover a autonomia dos indivíduos, diante de processos interdisciplinares e transdisciplinares, que respeitem as culturas e saberes populares e a diversidade local, ao mesmo tempo em que assumam um compromisso com a sustentabilidade ambiental. Santos (2010, pg.455) ainda sinaliza que “a escola tem sido um dos espaços mais focados pelas políticas públicas de alimentação e nutrição com a promoção da alimentação saudável, reconhecida como lócus prioritário de formação de hábitos e escolhas”.

O espaço escolar é abordado como um ambiente favorável no sentido de promover a saúde, pois as pessoas que estão nesse ambiente, criam ligações de aprendizado, de vivência e de trabalho; nelas adquirem valores vitais fundamentais na percepção para uma alimentação saudável e no contexto geral de vida (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO 2001, pg.226; CHAVES *et. al.* 2009, pg.865).

“O ambiente de ensino, ao articular de forma dinâmica alunos e familiares, professores, funcionários técnico-administrativos e profissionais de saúde, proporciona as condições para desenvolver atividades que reforçam a capacidade da escola de se transformar em um local favorável à convivência saudável, ao desenvolvimento psico-afetivo, ao aprendizado e ao trabalho de todos os envolvidos nesse processo podendo, como consequência, constituir-se em um núcleo de promoção de saúde local” (Promoção da Saúde (2000) *apud.* COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001, pg. 226).

Entretanto, as ações públicas de educação alimentar e nutricional têm se pautado em abordagens informativas, muitas vezes exaltando um enfoque puramente biológico (prevenção e recuperação) para a alimentação e suas práticas (SANTOS, 2010, pg.461, DEMINICE *et. al.*, 2007, pg. 35).

“O papel de a educação alimentar e nutricional está vinculado à produção de informações que sirvam como subsídios para auxiliar a tomada de decisões dos indivíduos que outrora foram culpabilizados pela sua ignorância, sendo posteriormente vítimas da organização social capitalista, e se tornam agora providos de direitos e são convocados a ampliar o seu poder de escolha e decisão” (SANTOS, 2005, pg.688).

Santos (2010, pg.688 e p.460, 2005) admite que a educação alimentar e nutricional é mais que informação. Para o autor, “são necessários mais elementos para subsidiar os indivíduos nas escolhas e decisões do que é mais

significativo para as suas vidas”. Sob este olhar, o autor ressalta o papel fundamental da educação nutricional, como instrumento de fortalecimento da cidadania alimentar e na promoção de hábitos e comportamentos alimentares.

A educação alimentar tem por objetivo que as crianças desenvolvam a capacidade de escolhas saudáveis, que estimulem o olhar crítico e reflexivo ao comer; melhorem seus conhecimentos sobre alimentação para oportunizar práticas alimentares saudáveis; promovendo aspectos sistêmicos da alimentação saudável, não só o lado nutricional, mas todo seu arranjo social e cultural (LOUREIRO, 2004, pg.44). Para este autor, a educação alimentar “requer dar a criança a oportunidade de aprender, observar, julgar e escolher por si própria”. Neste sentido, a educação apresenta-se como construtora de sujeitos reflexivos, abordando ações de conhecimento teórico em ação prática, estimulando o assunto onde os alunos aprendam em sala, seja praticado e observado na alimentação escolar.

Segundo Maluf (2009, pag.3), a escola é um equipamento público que vai além de um ambiente de educação enquanto sala de aula, mas é também um espaço de contribuição para promover o acesso a uma alimentação adequada e saudável para crianças, sendo a merenda escolar uma fonte de segurança nutricional e de bem estar. O autor ressalta que “a alimentação escolar é a principal, quando não a única refeição diária de um grande número de crianças no Brasil”. Neste sentido, é complicado pensar na ação educativa e na promoção de alimentação saudável quando, em sua realidade, grande parte das crianças não tem acesso ao alimento, quem dirá escolher o que comer.

O PNAE vem propiciando a incorporação da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, como uma de suas metas, em vista a oportunizar hábitos alimentares saudáveis (SANTOS, 2010, pg.456).

De acordo com FNDE (2015), o PNAE considera educação alimentar e nutricional:

“o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo” (FNDE, 2015).

Na análise das ações intersetoriais do PNAE, por parte de todos os envolvidos (nutricionista, merendeira, professores, diretora, alunos), que foram entrevistados para este TCC, as atividades educativas no processo da alimentação



são essenciais para a construção de uma contextualização do alimentar. Diante disso, Costa; Ribeiro e Ribeiro (2001, pg.227) colocam “o nutricionista como o profissional de saúde que atua em todas as situações quais existam interações entre o homem e o alimento”. Entende-se, portanto, que é de fundamental importância este profissional interagir com a equipe escolar, esclarecendo e explorando a importância da alimentação escolar como instrumento educativo em nutrição.

Neste sentido, o nutricionista é o responsável técnico pelo programa, sendo o responsável pela composição e organização dos cardápios escolares. Diante dessa responsabilidade, é o nutricionista quem estipula (escolhe) o que será servido para os alunos. Entende-se, de certa forma, que como é o nutricionista quem organiza os cardápios escolares, também este profissional tem influência na percepção do alimento saudável entre os alunos. Nesta lógica, entende-se que o PNAE mostra-se como um interessante instrumento incentivador alimentar, pois permite as crianças um acesso para alimentos saudáveis pelo oferecimento no ambiente escolar.

Segundo Sonnino e Morgan (2010, pag.57), a merenda escolar servida às crianças é uma ferramenta importante do dia na escola, sendo um instrumento representativo e ativo que poderia ser usada para ensinar escolhas de comportamento para alimentação saudável e sustentável. Não é, portanto, uma mera refeição, enquanto aspecto nutricional, mais se utiliza desse contexto para fomentar o aprendizado e compreensão em torno do alimento.

É interessante fazer uma conexão mais participativa entre alunos e cozinha, quem sabe seja atraente um método de ensino que ofereça na cozinha uma oficina de aprendizagem no preparo da comida, trabalhando com a educação dentro do aspecto da alimentação escolar (LOUREIRO, 2004, pg.47).

Segundo Loureiro (2004, pg.47) e Chaves *et. al.* (2009, pg.865) uma ação efetiva e significativa no processo de educação alimentar das crianças precisa do envolvimento de diversos atores sociais (professores, pais, vizinhos), não apenas no ambiente da escola, mas trazendo a temática para o cotidiano da criança. Diante disso, desenvolve-se o que o Loureiro (2004, pg. 47) define como:

“um recriar das tradições que recheiem o mundo de significado e favoreçam o progresso em vários domínios, nomeadamente do reaprender a estar à mesa, a partilhar com os outros, a ter capacidade crítica construtiva, a desempenhar uma cidadania ativa”. (Loureiro, 2004, pg. 47).

Conforme Santos (2005, pg.690), existem alguns questionamentos e discussões em torno da educação alimentar e nutricional, tais como, “o papel da educação alimentar e nutricional dentro do contexto atual” e “qual seria a sua real contribuição para as novas demandas apontadas na promoção das práticas alimentares saudáveis”.

Interessante os questionamentos do autor Santos (2005), pois qual seria o verdadeiro papel da educação alimentar e nutricional e a sua real contribuição na promoção das práticas alimentares? Caberia ao PNAE a formação e promoção de práticas e hábitos alimentares saudáveis e a busca da construção de indivíduos conscientes e críticos de suas escolhas no contexto alimentar?

Percebe-se que a educação é o alicerce mais coerente de desenvolvimento enquanto ação transformadora e modificadora de conceitos, hábitos, opiniões, trazendo consigo o choque de realidade entre a teoria e a prática. Mas, é evidente que o educar não é estático quanto ao repassar e transferir ensinamentos: são ações complexas que articulam distintos fatores (econômico, social, ambiental, indivíduos, culturais) para que ocorram modificações das ações e hábitos alimentares dos indivíduos.

## 2.4 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E O PNAE: HÁBITOS E PRÁTICAS ALIMENTARES

A alimentação escolar saudável necessita de processos interativos e múltiplos disciplinares, que conciliam ações de cooperação na tentativa de obter sucessos e resultados na construção de consumidores conscientes. O PNAE traz essa estruturação interdisciplinar, de integrantes e beneficiários, havendo envolvimento interno e externo do ambiente escolar, em que a escola aparece como foco do Programa (SANTOS, 2010, pg. 453).

Segundo Santos (2010, pg.456), em sua trajetória, o PNAE vem sofrendo mudanças, em que o ambiente escolar não apenas serve para garantir a merenda escolar aos alunos, mas incorpora o objetivo de promover a alimentação saudável. Com isso, fomenta em âmbito escolar (educativo), a concretização de novos hábitos alimentares, mas tendo cautela e respeito para os hábitos regionais e

culturais dos indivíduos (PAIVA, 2011, pg.117).

Como abordado em itens anteriores, a compreensão que se tem atualmente sobre hábitos alimentares esbarra no pressuposto da complexidade, tanto por ser um ato íntimo (próprio), mas ao mesmo tempo, conflituoso, pois este mesmo ato íntimo esta enraizado em significados, já que ninguém nasce escolhendo o que quer comer e o que comer. Diante disso, nossos hábitos e comportamentos são influenciados pelas relações sociais e isso faz com que os indivíduos construam gostos, que determinam suas escolhas (PAIVA, 2011, pg.28).

Interessante como o espaço escolar serve a um processo de mudança de hábitos alimentares, promovendo ações junto aos alunos para que possuam conhecimento e não apenas informações, sendo essas confrontadas com a realidade complexa que os escolares se deparam entre a teoria e a prática (SANTOS, 2010, pg. 456; ABREU, 1995, pg.14).

Entende-se que a descentralização do Programa possibilitou o arranjo da cadeia do alimento até a mesa, desenvolvendo-se perspectiva essencial no quadro de alimentação saudável, composto por oferecimento de produtos *in natura*, frescos e de preparação caseiras, de garantia de uma dieta mais variada com parâmetros de higiene sanitária adequados e a discussão do papel pedagógico da alimentação no ambiente escolar (ABREU, 1995, pg.20).

No ambiente da escola, a alimentação servida aos escolares segue o cronograma do cardápio, de modo geral, de responsabilidade da nutricionista que estabelece a seleção dos alimentos, as porções diárias das refeições, as combinações dos alimentos e a organização mensal do cardápio. Assim sendo, a alimentação servida na escola apresenta-se com aspecto saudável, pois atende todas as necessidades nutricionais dos escolares, enquanto permanecem na escola e, ainda, agrega o modo de produção do alimento, para se saber de onde veio e quais os meios de cultivos.

Segundo Santos (2010, pg.461), o processo de educação alimentar e nutricional necessitaria de ações pautadas na promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional. O autor ainda destaca a necessidade de urgência de novas perspectivas para práticas de educação alimentar e nutricional:

“fazer-se aprofundamento das discussões em torno das dimensões teórico-epistemológicas que inter-relacionem os fundamentos do saber científico na interface da saúde, educação e nutrição, abordando temas como a racionalidade biomédica que marca a hegemonia do biológico na constituição das subjetividades, assim como dos alicerces científicos das práticas pedagógicas culturais que balizam a relação dos sujeitos e suas práticas alimentares são exemplos de questões emergentes a tratar” (SANTOS, 2010, pg.461).

Segundo Sonnino e Morgan (2010, pg.73), o ambiente escolar necessita do diálogo permanente com a filosofia de alimentação saudável, que atue em todos os ambientes da escola, desde a sala de aula até o jardim na escola, dessa forma, poderá garantir que o ambiente físico e a mentalidade da escola estejam em sintonia, reforçando a construção de ações práticas, que sejam aplicadas no cotidiano das crianças.

É interessante analisar qual o sentido do PNAE no ambiente escolar. De fato, a alimentação escolar é o principal objetivo do Programa, e como já visto anteriormente, o foco/visão do Programa modificou-se, agregando novas preocupações, objetivos e ações, assim integrando novos olhares para a alimentação escolar e no próprio ambiente da escola, permitindo explorar esse ambiente como agregador de mudança e transformação de comportamentos (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001, pg.227).

O Ministério da Educação responsável pelo PNAE vem realizando outros projetos incentivadores para a ação de promoção de saúde nas escolas públicas. Entre estes destacamos: i) Dez Passos para Alimentação Saudável na Escola; ii) Projeto Criança Saudável Educação Dez (já encerrado pelo governo); iii) Projeto Alimentação Saudável nas Escolas; iv) Projeto Educando com a Horta Escolar (SANTOS, 2010, pg. 456). Todas estas ações têm como meta a educação alimentar e nutricional das crianças, assim sendo, tem-se trabalhado com a temática da educação alimentar, entretanto não estão sendo executadas em conjunto com o PNAE.

De certa forma, o PNAE tem que ir além da satisfação nutricional que o programa pode garantir, pois entende-se que este permite uma reflexão prática e efetiva na propagação como um meio educativo para novos conhecimentos no espaço escolar, trazendo diálogos significativos para o aprendizado dos

escolares sobre alimentação saudável (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001, pg.228; DEMINICE *et. al.*, 2007, pg. 38).

“o PNAE poderia utilizar o espaço educativo em que se constitui no sentido de provocar o diálogo com a comunidade escolar sobre os fatores que influenciam suas práticas alimentares diárias, possibilitando questioná-las e modificá-las, por meio da discussão de temas como: fatores condicionantes e determinantes de práticas alimentares, crenças e tabus; cuidados de higiene pessoal e ambiental; fatores que influem na produção, na distribuição e no acesso aos alimentos; cuidados no preparo e conservação de alimentos; propostas para uma dieta de melhor qualidade” (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001, pg. 228).

Santos (2010, pg.454) salienta que é um grande desafio para o Programa a ação de mudança de hábitos alimentares. Para o autor, o Programa subentende ações que promovem a educação alimentar saudável, mas reconhece que não adianta o discurso de promoção de práticas alimentares saudáveis se no contexto escolar, e na vida pessoal dos escolares, não ocorrem perspectivas de mudanças do padrão alimentar. O autor ainda utiliza uma frase de Paulo Freire, do livro *Pedagogia da Autonomia*, para esclarecer que “de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças” (SANTOS, 2010, pg.454).

\*\*\*

Após as reflexões realizadas até o momento, sobre a complexidade da alimentação, a saúde e a questão da educação alimentar, cabe questionar se o PNAE, enquanto uma política pública, consegue promover novos hábitos e práticas alimentares? Como se desenvolvem essas mudanças no ambiente escolar? Ocorrem mudanças ou os hábitos alimentares dos escolares ficam restritos ao campo da informação?

Segundo Chaves *et. al.* (2009, pg.859), o PNAE propõe a formação de hábitos alimentares saudáveis, devido o princípio de que respeita os hábitos saudáveis, as práticas alimentares tradicionais locais, sendo, assim, um preservador de hábitos regionais. Porém, é intrigante como o programa pode promover uma ação sobre os hábitos alimentares, sendo esse processo algo tão específico de cada indivíduo e associado diretamente com fatores externos (ambiente, classe social,

cultura), que conduzem para a formação de novos hábitos alimentares.

O trabalho de Chaves *et. al.* (2009, pg. 864) evidencia que o PNAE está contribuindo no incentivo para o uso de preparações típicas regionais nos cardápios da alimentação escolar. Na região Sul do Brasil, tem-se a presença dos pratos como polenta, arroz carreteiro, risoto, canjica e o tradicional prato brasileiro arroz e feijão. Sobre a construção do cardápio nas escolas, a mesma autora lembra que parece ser impossível agradar a todos os escolares, e, portanto, é necessário que os responsáveis pelo Programa nos Municípios realizem um diálogo entre o cultural e o saudável na formulação da merenda escolar (CHAVES *et. al.*, 2009, pg. 857).

Segundo Costa, Ribeiro e Ribeiro (2001, pg.228), a contribuição que o PNAE pode dar para a promoção da saúde da comunidade escolar e de seus familiares está na construção de indivíduos cientes dos condicionantes de suas práticas alimentares, construindo uma população preocupada com a busca do saudável e ativa para alcançar o estado de bem estar. Santos (2010, pg.455) defende que as ações de educação alimentar e nutricional do programa promovem o sentido de autonomia dos indivíduos, também o respeito e a valorização/cuidado para os fatores complexos da alimentação.

A partir da complexidade dos temas que foram abordados neste capítulo, na sequência do capítulo III propõe-se correlacionar as análises de alguns autores que estudam a alimentação escolar com o estudo de campo realizado na Escola Municipal Papa João Paulo I, observando as considerações do PNAE no ambiente escolar e as ações de educação alimentar e nutricional.

### **CAPITULO III: ESTRATÉGIAS DA INSERÇÃO DOS ALIMENTOS E OLHAR DOS GESTORES E ESCOLARES: CARDÁPIO ESCOLAR**

Neste capítulo será analisada a dimensão do alimento, da saúde e da educação, a partir do olhar de gestores e beneficiários da alimentação servida aos escolares na Escola Municipal Papa João Paulo I em Foz do Iguaçu. O trabalho propõe refletir sobre os três temas supramencionados e como estes podem ser observados dentro da escola, na execução do PNAE, sendo resultado de uma pesquisa de campo no âmbito municipal, que procurou dialogar com os diferentes atores sociais envolvidos na alimentação dos escolares. Pode-se dizer que o foco principal de análise é a visão significativa dos alunos sobre a incorporação de diferentes alimentos no cardápio da escola visitada.

Este capítulo será apresentado em cinco itens. O primeiro item traz a contextualização do município de Foz do Iguaçu e da Escola Municipal Papa João Paulo I. O segundo item detalha a metodologia usada no desenvolvimento do estudo. O terceiro item traz a discussão da temática da alimentação, saúde e educação, basicamente, a partir da opinião dos gestores públicos entrevistados. O quarto item apresenta os comentários dos envolvidos com o PNAE, suas opiniões e relatos das dificuldades encontradas na execução do programa no município. E, o quinto item concentra-se no olhar dos escolares para a alimentação escolar e análise da observação-participante na escola.

#### **3.1 O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Segundo o Plano Diretor Municipal de Foz do Iguaçu (PDMFOZ, 2006), o Município está localizado na região oeste do Estado do Paraná, numa zona de fronteira, ao leste com Paraguai e ao sul com Argentina, numa área territorial de 617, 71km<sup>2</sup>, com área urbana de 191, 46 km e rural de 138,17 km. O restante é dividido em área de unidade de conservação (Parque Nacional do Iguaçu) e de área alagada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu.

**Figura 1:** Localização do Município de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, 2005.



Fonte: PMFI, 2005.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município possui uma população total de 256.088 habitantes, sendo a economia do município voltada para o turismo das Cataratas do Iguaçu, a Itaipu Binacional e o comércio de mercadorias com o Paraguai. Ainda, o município apresenta uma composição étnica variada, abrigando mais de 72 nacionalidades, em um espaço territorial com várias peculiaridades em seu território trinacional (UNILA, 2015).

De modo geral, Foz do Iguaçu apresenta uma área urbana voltada para os empreendimentos comerciais e ao turismo, já no espaço rural resistente à expansão urbana, predominam pequenas propriedades voltada à produção de animais de pequeno porte (bovino, suíno, avicultura) e os cultivos de vegetais (soja, milho, feijão, mandioca, fruticultura), sendo explorado, também, como sítios



familiares ou para o turismo rural (Secretaria Municipal da Agricultura- SMAG, 2011).

Segundo informação da SMAG (2011), o dado socioeconômico da agricultura de Foz do Iguaçu apresenta que “a agricultura familiar é responsável por cerca de 40% de toda produção agrícola no Município”. Os principais cultivos produzidos no Município são o milho, a soja e o trigo. Desta forma, as pequenas propriedades rurais são diversificadas em suas produções e cultivos, desenvolvendo-se num sistema agroalimentar de alimentos para consumo *in natura*.

A educação municipal de Foz do Iguaçu nos últimos anos vem se desenvolvendo gradualmente, conquistando uma marca histórica no Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB) (CLICKFOZ, 2010; IDEB, 2015). Conforme este documento, em 2005 o município apresentava o índice de 4,2; no ano de 2007 avançou para 4,8; em 2009 atingiu 6,2; em 2011 a nota alcançada foi de 7,0; a última nota do IDEB, de 2013, apresenta o município com o índice de 7,3 ultrapassando os índices projetados.

O Município de Foz do Iguaçu conta com 51 escolas municipais, 34 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), 12 entidades filantrópicas e 06 Centros Escola Bairro, sendo todos atendidos pelo PNAE, num total de 103 entidades de educação básica pública. Para a distribuição de alimentos, as unidades escolares são agrupadas em rotas para melhor deslocamento e organização da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, para as regiões do município. Desta forma, são apresentadas sete rotas de distribuição no território de Foz do Iguaçu (Documento disponibilizado pela secretaria de educação pelo setor de alimentação escolar). (ANEXO A).

As sete rotas de endereço de distribuição atendem as escolas, entidades e também os CMEIS. Já os Centros Escola Bairro são atendidos todos num mesmo cronograma. A Rota Porto Meira – atende 11 escolas municipais e 08 CMEIS; a Rota Vila C – atende 15 escolas municipais e 08 CMEIS; a Rota BR – atende 11 escolas municipais e 05 CMEIS; a Rota São Francisco – atende 12 escolas municipais e 11 CMEIS; a Rota Centro – atende 08 escolas municipais e 03 CMEIS e a Rota interior – atende 02 escolas municipais.

Segundo uma reportagem do site da PMFI (2015), a Nutricionista responsável pela merenda escolar relata que atualmente a alimentação escolar do

Município de Foz do Iguaçu atende um total de 23 mil alunos da rede pública, sendo servido aproximadamente 1.185.000 milhões de refeições por mês e com um total diário de 49.375 refeições servidas no município.

### 3.1. 1 A escola municipal Papa João Paulo I – Foz do Iguaçu

Para atender os objetivos da pesquisa foi delineado um estudo de campo realizado em uma escola da rede pública municipal de educação de Foz do Iguaçu.

A escolha da instituição não foi aleatória, pois devido ao objetivo de desenvolver uma observação-participante no local e ter acesso aos diferentes atores que participam da alimentação escolar, priorizou-se um local de fácil acesso. Neste sentido, a escolha da escola para pesquisa partiu de uma aproximação direta com a própria escola e com os funcionários, sendo a escola escolhida a qual realizei meus estudos do 1º ao 5º ano. Reconheço que nesta escolha há um laço significativo com minhas lembranças e a alimentação que tive acesso no período escolar.

Neste sentido, a escola escolhida foi a Escola Municipal Papa João Paulo I, localizada na área urbana de Foz, na região centro-oeste do município, pertencendo ao Bairro Jardim Itamarati – Rua Alameda Humaitá, nº 16, próxima a Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu. Segue, em anexo, uma foto da fachada da escola Papa João Paulo I (ANEXO B).

Esta escola atende alunos do 1º ano ao 5º ano, num total de 150 alunos, nos dois turnos de aulas. No período matutino são ministradas aulas para o 1º, 2º e 3º ano e, no período vespertino, são ministradas aulas para o 3º, 4º e 5º ano. São, em média, 75 alunos por turno. O quadro de funcionários da escola tem um total de 17 profissionais, composto por merendeiras, professores, diretora, auxiliares de serviços gerais, secretária e supervisora.

A Escola Papa João Paulo I está entre as escolas e CMEIS atendidos pelo PNAE, fazendo parte da Rota BR. Essa rota abarca as escolas que estão próximas da Rodovia BR-277, sendo um mecanismo de articulação da prefeitura para organização da distribuição dos alimentos oferecidos na alimentação escolar.

Como mencionado anteriormente, a educação no município vem alcançado novas perspectivas de ensino, melhorando seus índices junto ao IDEB, sendo a Escola Municipal Papa João Paulo I a primeira colocada no município em 2013, alcançando o índice de 8,4, em 2009; e 8,7, em 2013 (IDEB, 2015).

Conforme alertam alguns noticiários, este processo de melhoria significativa do ensino básico municipal, com a elevação do índice do IDEB, ocorre devido um trabalho conjunto entre profissionais da escola, promovendo uma formação educacional diferenciada para os escolares (Portal RADIO CULTURA, 2014). Conforme este noticiário ampliou-se o quadro de aulas para os alunos, adotando o ensino integral como um mecanismo de reforço; também, foi proposto um projeto que multiplica o incentivo à leitura, atingindo todas as idades.

### 3.2. METODOLOGIA DO ESTUDO DE CAMPO

A metodologia utilizada neste estudo considerou uma revisão bibliográfica sobre o PNAE e, ainda, o aprendizado sobre o conhecimento gerado na análise quanto à alimentação, saúde e educação. Neste sentido, utilizaram-se duas estratégias: i) refletir sobre o PNAE a partir de entrevistas com gestores públicos e atores sociais envolvidos em sua execução e; ii) refletir sobre o PNAE a partir da observação-participante e de aplicação de questionário junto aos beneficiários desta política pública, ou seja, as crianças.

No estudo de caso, o foco foi o espaço escolar da Escola Municipal Papa João Paulo I, em que se buscou verificar a aceitabilidade do cardápio escolar pelos alunos, a partir da merenda que é servida aos escolares. Entende-se que este seria o meio mais concreto de análise da execução do PNAE, a partir da percepção dos alunos, que embora não possuem conhecimento sobre o Programa, são os principais beneficiários desta política pública.

Foram utilizados na construção metodológica para o estudo de campo outros trabalhos (teses, monografias, artigos), que serviram de embasamento teórico e metodológico, por já apresentarem aplicação de teste ou questionários para atores sociais envolvidos no PNAE (NASCIMENTO, 2012, GODOY, 2013, CLAUSSEN, 2013 e PARAVISI; RIBEIRO e LOPES, 2011). Também, trabalhou-se com informações secundárias (jornais e sítios de internet) e, ainda, com documentos

públicos oficiais disponibilizados por servidores. Todas as fontes visitadas serviram como referência na elaboração de questionários para as entrevistas. Logo a seguir é apresentado com mais detalhes como foi executado o trabalho de campo.

### 3.2.1 Entrevistas com gestores e demais atores sociais envolvidos na execução da alimentação escolar em Foz do Iguaçu

O mecanismo de busca e acesso às informações sobre o PNAE em âmbito municipal foi a investigação e a análise de entrevistas com executores encarregados de funções dentro desta política pública no município. Neste sentido, foram entrevistados cinco (05) atores sociais envolvidos na dinâmica do PNAE: (i) a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação; (ii) a secretária da educação responsável pelo setor de merenda escolar, (iii) o presidente do CAE; (iv) a diretora da Escola Municipal Papa João Paulo I e; (v) a merendeira da Escola Municipal Papa João Paulo I (ANEXO C).

As entrevistas realizadas seguiam um roteiro semi-estruturado, que deixava em aberto às respostas dos entrevistados. Neste sentido, a cada entrevistado se perguntou sobre seu espaço de atuação frente ao PNAE e sobre sua percepção quanto à alimentação escolar. Segue no (ANEXO D) os roteiros das entrevistas com os gestores.

As entrevistas foram trabalhadas de diferentes formas devido, sobretudo, à disponibilidade dos entrevistados. Por exemplo, na entrevista com a Secretária de Educação responsável pela merenda escolar foi aplicado um questionário via email, pois a entrevistada alegou que não poderia atender pessoalmente por motivos de trabalho. Talvez por isto, nota-se que suas repostas foram bem objetivas e pontuais.

Na entrevista com a merendeira, buscou-se interagir mais com a entrevistada, deixando a mesma mais à vontade. Neste sentido, decidiu-se partir para um diálogo mais aberto, trazendo assuntos diversos, para criar um laço de confiança e, dentro disso, realizar as perguntas que não eram respondidas espontaneamente pela entrevistada. Observei que esta foi uma estratégia bem apropriada, pois a entrevistada tinha dificuldades de criar um diálogo. Assim consegui que ela se sentisse mais segura. Constatei que estar no próprio ambiente

de trabalho, a cozinha da escola, deixou-a mais tranquila.

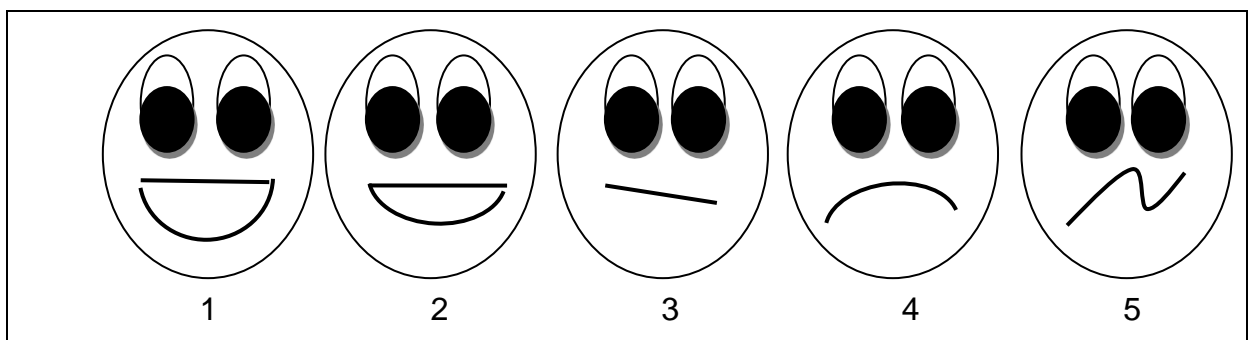
As entrevistas com a nutricionista da secretaria municipal da educação, o Presidente do CAE e a Diretora da escola, foram realizadas por meios mais tradicionais, de forma presencial e com gravação de áudio. Com três gestores entrevistados foi coletada a assinatura do termo de livre consentimento. Notei, a partir dessa aproximação entre entrevistados e entrevistador, uma conversa formal, por se tratar de uma entrevista e de comprometimento de informações. Pareceu-me uma relação mais direta sobre o assunto do estudo com os entrevistados e um espaço de construção de opiniões.

### 3.2.2 Questionário com beneficiários da alimentação escolar em Foz do Iguaçu – os escolares

Para a construção do questionário para os beneficiários, junto às crianças da escola, foi utilizado como referencial os trabalhos de Nascimento (2012), Godoy (2013), Claussen (2013) e Paravisi; Ribeiro; Lopes (2011). Nestes trabalhos, os autores já haviam efetuado um questionário para crianças, e, neste sentido, utilizou-se sua referência adaptando para a realidade do estudo proposto.

A metodologia utilizada para aplicação do questionário buscou chamar a atenção dos alunos, com perguntas que atendessem as crianças, para isto, utilizou-se a técnica da escala hedônica facial. Nesta técnica, apresentam-se cinco classificações da merenda servida na escola – nessa classificação apresenta rostos que variam de sorridente à triste (Figura 2). Este método é utilizado nos testes de aceitabilidade realizado pelo PNAE (FNDE, 2015), para analisar a aceitação dos alunos da alimentação servida nas escolas.

**Figura 2:** Técnica da Escala Hedônica, cinco escala para classificação da satisfação nos pratos.



Fonte: Ferreira (2000) *apud* PARAVISI; RIBEIRO; LOPES, 2011.

Para se aproximar da realidade na escola estudada foi efetuada uma observação-participante dos momentos da merenda na escola durante o total de sete dias letivos (de quarta-feira à sexta-feira), entre os dias 04 e 13 de março de 2015. Segue em anexo (ANEXO E) uma tabela com os dias da semana e os pratos servidos na escola, durante o período visitado. Esta ação foi fundamental no delineamento do questionário, de forma que foram colocadas no questionário as imagens ilustrativas dos pratos servidos na escola. A lista de os alimentos que aparecem no questionário é baseada nos alimentos oferecidos para os alunos no tempo de acompanhamento e de observação-participante na escola. O questionário dos escolares segue em anexo (ANEXO F). Destaca-se que a aplicação do questionário para os beneficiários foi realizada no final da observação-participante, no momento da alimentação escolar.

O questionário seria aplicado a um grupo aleatório de crianças que estivessem sendo beneficiadas com a alimentação escolar. Entretanto, devido a uma conversa com a Diretora, que entendia ser o momento da alimentação escolar um momento delicado, foi solicitado que o questionário fosse aplicado em uma das turmas da manhã do 3º ano. Segundo a Diretora, neste ano estão os alunos que mais “comem os alimentos da escola”. Antes, porém, foi necessária a autorização da professora da turma escolhida. Para aplicação do questionário a professora cedeu dez minutos de sua aula para que eu fizesse uma explicação sobre o questionário e, em seguida, foi realizado o teste de aceitabilidade na turma do 3º ano, para um total de 25 alunos, com idades entre 8 a 9 anos.

O processo de execução do teste foi uma experiência interessante, pois foi necessário realizar uma explicação geral das perguntas e como poderiam ser as respostas. Notou-se uma dificuldade de atenção de alguns alunos para as respostas e, neste sentido, tentou-se explicar cada questão, dando um tempo para que os alunos pudessem responder. Isso possibilitou uma maior compreensão dos alunos para o que era perguntado.

### 3.2.3. Observação-participante

No estudo de campo fez-se uma observação participante na escola, com objetivo de trazer um olhar mais real e detalhista das ações correntes no horário da alimentação das crianças. Neste sentido, foram realizadas cerca de dez visitas à escola. Estas visitas na escola foram sempre no período da manhã. Em uma conversa com a Diretora, ela relatou que no período da tarde não havia merendeira trabalhando, porque a merendeira havia entrado de férias. Também relatou que a merenda servida no período da tarde é preparada por auxiliares de serviço gerais que atuam neste horário, conforme o cardápio do dia sugerido pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação. Por estes argumentos, solicitei a permissão para realizar as visitas no horário da manhã. Durante as visitas, busquei analisar três momentos: i) a preparação a alimentação pela merendeira; ii) a estrutura e funcionamento da escola e; iii) o momento da alimentação e do recreio das crianças.

#### - A PREPARAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO PELA MERENDEIRA

Foi realizada uma ação de observação na cozinha da escola, desde aspecto da infraestrutura, os modos de preparo dos alimentos, as estratégias da merendeira para preparação da refeição, o momento em que a alimentação era servida para os alunos e, até mesmo, o contato entre a merendeira e os alunos. O objetivo era garantir um olhar das ações da alimentação escolar, de modo particular, pelo meu olhar, das situações e dos momentos vivenciados da escola.

#### - A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

Foi realizada uma observação da estrutura e do funcionamento da escola, como são os espaços da escola, a ação que a escola incrementa no diálogo da merenda escolar, quanto à temática da educação alimentar saudável. Neste processo, buscou-se observar o contexto físico e pedagógico que a escola desenvolve junto aos seus escolares, o como e em que local são servidas as refeições, se ocorre algum diálogo entre professores e alunos para apresentação dos cardápios, se estes cardápios são discutidos dentro da sala de aula e como ocorre a organização funcional da escola nos horários da alimentação escolar.

## - A ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS

Uma questão interessante na observação participante foi perceber o comportamento das crianças no recreio, seus posicionamentos na hora de se servir, suas preferências alimentares, as regras e obrigações no momento de cada aluno devolver o prato à cozinha.

Na observação, focou-se em analisar a questão da aceitabilidade da merenda servida, verificando as quantidades, as sobras e a procura das crianças pelos pratos servidos, aquela alimentação que tinha mais procura e aquelas menos desejadas. Buscou-se, no momento do recreio, criar uma aproximação com as crianças, perguntando informalmente se elas tinham gostado, o porquê e sobre o quê mais gostam de comer.

### 3.3 ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE EM FOZ DO IGUAÇU – CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO I

A seguir são apresentadas as reflexões suscitadas na observação participante e aquelas geradas pela aplicação dos questionários junto aos gestores e atores sociais que participam da alimentação escolar, bem como junto aos seus beneficiários, no caso, as crianças do 3º ano da Escola Municipal João Paulo I.

#### 3.3.1 Alimentação

A alimentação escolar compreende um papel transformador e auxiliador das ações construtivas na caminhada da vida das crianças, pois transfere um aprendizado em seu olhar para o alimento, as construções significativas da alimentação saudável e o quanto significativa as ações são para seus hábitos. Entende-se que existe uma compreensão do que caracteriza e constrói os hábitos dos indivíduos, que abrange o ato de escolha, sendo uma ação individual, porém com influência de variáveis que interagem nessa escolha individual como questões culturais, de identidades, de pertencimento e, particularmente, das preferências e



idiosincrasias alimentares.

O olhar para a alimentação escolar a partir dos diferentes executores do PNAE no município de Foz do Iguaçu explicita uma análise da própria observação que esses atores têm sobre o programa, os quais verificam suas próprias ações dentro dessa construção significativa que assume a alimentação escolar para as crianças.

Hoje a alimentação escolar do Município de Foz do Iguaçu atende um total de 23 mil alunos da rede pública. A alimentação servida nas escolas municipais é garantida por ações financeiras conjuntas do PNAE (via FNDE) e a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Conforme informado nas entrevistas, o repasse financeiro vindo do PNAE para cada aluno é de 0,30 centavos cada, sendo hoje o custo da merenda escolar no município de 2,00 reais por aluno. Assim, o Município garante a alimentação escolar num valor de cinco vezes o repasse complementar do Programa.

A garantia da alimentação escolar nas escolas vem se pautando no questionável olhar sobre a alimentação para matar a fome das crianças pobres. Na realidade, alguns bairros no Município são carentes social e economicamente. É verificado que para as regiões norte, sul e nordeste do município muitas crianças se alimentam apenas com a refeição servida na escola.

Os executores do PNAE e responsáveis técnicos pela merenda escolar no município de Foz do Iguaçu, confrontados por essa realidade desigual da sociedade, são “obrigados” a reagirem conforme o contexto encontrado. Segundo a fala do Presidente do CAE: “nossas crianças não se comparam as outras crianças”. O entrevistado traz para a discussão ao observar o local, as particularidades das crianças do município e as necessidades de cada escola. O mesmo relata que, no caso de escolas públicas pobres, ocorrem conversas com os setores responsáveis pela alimentação escolar, para ajudar na situação, buscando garantir uma alimentação a mais no cardápio dessas escolas vulneráveis. Quando ocorre, esta refeição é servida antes de começar as aulas. O entrevistado traz para o debate a compreensão de que a criança com fome não tem rendimento e nem consistência para estudar.

Diante disso, o Presidente do CAE analisa que a alimentação servida nas escolas é de qualidade no sentido de ter certificação de segurança, pois atende a todos os aspectos nutricionais e saudáveis para garantir que a criança não

sinta fome enquanto esta na escola. Ainda, segundo o entrevistado, o valor financeiro repassado garante o fornecimento de uma alimentação saudável, equilibrada e, principalmente, de qualidade.

“O município dá cinco vezes a mais o valor dos 0,30 centavos. Então com 2,00 reais a gente dá uma merenda de qualidade, com fruta e tudo. Mas porque, é saber comprar, onde que é feito a licitação que compra pelo menor preço e tem que ser produtos de qualidade” (Entrevista com Presidente do CAE Foz do Iguaçu, Março 2015).

O Presidente da CAE ainda ressalta que com 2,00 reais não se pode “fazer milagre”, por isso que em ações de complementação da merenda escolar nas escolas pobres, é necessária uma adequação financeira e nutricional. Isto porque a alimentação escolar tem que suprir adequadamente os nutrientes diários dos escolares em sua permanência na escola.

Diante dessa percepção, remete ao fato da alimentação escolar predominar como uma ação de assistência, por parte do município. O entrevistado observa essa articulação, não apenas como uma garantia do direito humano, mas enquanto uma ação em prol do bom desenvolvimento nutricional e social das crianças no município.

A escola Municipal Papa João Paulo I não se depara com essa realidade de alunos, para os quais a única refeição é a da escola. É uma escola de porte pequeno, com alunos de todas as classes sociais, desde crianças mais pobres, com famílias de renda de um a três salários mínimos.

Conforme relato da Diretora da escola, os alunos, em geral, são visivelmente nutridos e apresentam um bom estado nutricional. Quando perguntada sobre o nível de carência dos alunos da alimentação servida na escola, comenta que:

“não possuem nenhum caso dessa complexidade, mas sei que há famílias mais carentes e sempre que possível ajudamos com o que pode, realizando vaquinha entre os funcionários e com outros pais para disponibilizar uma cesta básica” (Entrevista com Diretora da Escola Municipal João Paulo I, Março de 2015).

Alimentar-se na escola carrega várias construções significativas na simbologia que aquele momento ou encontro dos alunos com o alimento possibilita, de compreensão sobre a alimentação escolar para as crianças. Diretamente,

alimentar-se liga questões comportamentais dos sujeitos, resgatando aspectos múltiplos de sentido, como o compartilhar o alimento, o momento de “união” de todos envolta do comer, a representação da comida servida pela “tia” (expressão usada para designar a merendeira), as relações comportamentais de como comer e ainda a descoberta da escolha (gostos-seleção) dos alimentos na refeição.

A partir da observação participante, e segundo ROMANELLI (2006), o aspecto da alimentação na escola tem uma construção que traz processos de sociabilidade dos escolares, pois demonstra uma ação efetiva de construções de sentidos no momento do alimentar, sendo esse representativo no horário do recreio, já reconhecido pelas crianças como o momento de “servir-se e comer”, toda a escola ao mesmo tempo, tanto alunos quanto professores.

Uma particularidade na escola Papa João Paulo I, é que o recreio, como é chamado o momento do intervalo pelas crianças, apresenta-se organizado para o momento da alimentação escolar. Isto porque o horário de recreio é das 09h30min às 10h00min da manhã. Este tempo é dividido em 15 minutos para a criança servir-se e alimentar-se na sala de aula, sendo o restante dos 15 minutos destinado para os escolares brincarem no pátio da escola. Entretanto, quem quiser continuar comendo depois dos primeiros 15 minutos é livre para alimentar-se nas mesas, fora da sala de aula.

Como mencionado, o momento de comer a merenda é realizado dentro da sala de aula, porque a escola não possui refeitório. Assim, os alunos alimentam-se dentro da sala de aula, junto com seus colegas e também o professor (a). Os alunos são orientados a não ficar entre os corredores da escola, mas servir a merenda na cozinha e voltarem para sala de aula. Cada aluno é responsável pela devolução do seu prato, copo e talheres na cozinha e, também, pela limpeza da sala, caso ocorra algum acidente com a refeição. Este processo de devolução dos itens mencionados deve ocorrer antes de o aluno sair para brincar.

O espaço escolar é um ambiente de construção representativa do ambiente fora de casa. É um espaço que sai dos costumes, regras e leis da casa (familiar) e esbarra em outra instância: a escola (espaço de aprendizado), com regras e normas de funcionamento, observado como um espaço novo e diferente as crianças, onde que apresentaram com o tempo alguma familiaridade.

A escola é um espaço em que múltiplas variáveis dialogam, pois mistura contextos complexos de crianças e adultos, carregados de seus valores,

costumes e hábitos, que visa estabelecer um espaço confortável para todos, independente de cultura, classe social ou etnia.

O processo construtivo que o ambiente escolar acarreta na formação da criança e no entendimento de seu aprendizado no contexto da alimentação, tem-se uma ligação direta na representatividade, quanto pelo observado e para o ensinado. Conforme as características que são transmitidas ao se alimentar, a criança tende a reproduzir o que foi ensinado ou explicado pelos adultos (professora, pais e merendeira).

A preparação da merenda, os ingredientes utilizados, a escolha dos alimentos para o preparo do prato, o modo de servir, a apresentação da comida, são meios que tendem a influenciar o olhar da criança para a comida e para a escolha de o que quer comer.

A partir da merendeira, a apresentação dos alimentos orientam a aceitação da comida. Por exemplo, a merendeira relatou que as crianças têm dificuldade para aceitar o carreteiro, pois notou que as crianças têm seu próprio olhar para a comida considerada “misturada” e não acham o carreteiro<sup>2</sup> atrativo. Neste sentido, estrategicamente, em vez de preparar carreteiro, a merendeira prepara arroz e carne ao molho (ANEXO G), como se dividisse (separasse) os ingredientes que no prato do carreteiro seriam juntos. Desta forma, a apresentação da comida não parece misturada, tornando-se atrativa ao olhar dos escolares.

Referente às formas de servir a merenda, o aspecto de como se come, é servido em pratos plásticos. São utilizadas colher e canecas. Estas últimas são de plástico, para a segurança das crianças. Alguns alimentos são servidos sem o uso de pratos, entregues na mão das crianças, o caso do pão com doce, por exemplo (ANEXO H). Isto traz alguns comportamentos à criança e delinea seu olhar de como se come determinado alimento.

A dimensão do que se come, quando se come e o quê se come e com quem comemos, tende a contribuir na construção da ação de escolha das crianças e na construção de um ambiente alimentar (MACIEL, 2001, pg.150). Assim, o espaço escolar também traz essa abordagem significativa para a complexidade e simbologia do ato de se alimentar, nota-se no espaço escolar essa representação de

---

<sup>2</sup> O Carreteiro é um prato típico da Região Sul do Brasil, é feito de arroz com carne-seca ou carne de sol. Mais preparam-se também com linguiça, carne moída e até carne do resto do churrasco. Sua origem veio pelas tropas de carreteiros que faziam a travessia do sul do País.

sentidos e significados referidas as dimensões comentadas anteriormente.

Diante desse olhar para o comer no espaço da escola Municipal Papa João Paulo I, essas representações trazem pontos específicos, quanto ao que se come. Por exemplo, seguir o cardápio escolar, elaborado pela nutricionista do Município. Mas, resta ao aluno a escolha do comer ou não o prato do dia. Essa pergunta dialoga com a questão da produção desse alimento servido. Assim, será que as crianças sabem o que elas estão comendo? Conforme a Diretora da escola as crianças têm conhecimento que os alimentos que chegam à escola Municipal Papa João Paulo I vêm de agricultores da cidade, são produtos mais naturais e melhores. A mesma relata que já teve a oportunidade de construir um diálogo entre alunos e produtores.

A reflexão sobre o quando se come na escola esta diretamente relacionada ao recreio (intervalo), sendo este o momento próprio para alimentar-se, com horário específico e espaço determinado (sala de aula) para comer. Para os alunos, esse momento está diretamente relacionado com o ato de alimentar-se e depois brincar. Carrega, assim, consigo a ideia da necessidade de uma boa alimentação e a prática de atividades físicas, como um instrumento para uma vida saudável.

Com quem comemos no contexto escolar? Esta questão traz para a construção do indivíduo um olhar para a ação de compartilhar, sendo o momento de todos pararem para comer. É o simbólico ato reunir-se em volta da comida. No caso da escola, expressa-se também a relação de envolvimento do aluno com o professor e seus colegas. É, pois, construtivo o olhar que a alimentação servida é para todo o contexto escolar.

A análise dessas variáveis do que se come, quando se come e com quem comemos diante do alimentar expressa o olhar das crianças para suas sensações, que perpassam suas escolhas e gostos. Assim, muitas vezes um alimento agrada uma criança, mas não agrada à outra, pois as representações e o olhar para o alimento se diferenciam em cada indivíduo. Mas, as relações estabelecidas na escola com o alimento, tanto na forma de apresentação, o sabor, o momento do recreio, trazem um ensinamento, informações sobre o alimento, resultando, muitas vezes, na mudança de comportamento alimentar dos escolares.

Diante da observação realizada na escola e as reflexões mencionadas, seria interessante um diálogo com os pais das crianças, para verificar

se houve mudança na alimentação da criança em casa, se houve a incorporação de algum novo hábito ou comportamento no comer, por influência da escola.

O olhar dos executores municipais do PNAE para a alimentação escolar tem refletido para uma ação de garantia do direito da criança à alimentação. Este olhar traz a lógica da qualidade alimentar, pois implica o quão importante é a merenda, tanto para o rendimento do aluno quanto para a nutrição do corpo, em regiões mais vulneráveis do município.

As dificuldades encontradas na alimentação escolar em Foz do Iguaçu esbarram no descumprimento da garantia de qualidade dos produtos entregues nas unidades escolares; na fiscalização no processo, pois são poucos técnicos responsáveis para atender um grande número de escolas; quanto ao aspecto de tarefas e procedimentos, como no caso de apenas uma Nutricionista responsável por todo o município; na composição dos cardápios, na articulação de projetos e na oferta de palestras sobre a alimentação dos escolares.

Atualmente a alimentação servida na escola Municipal Papa João Paulo I segue rigorosamente o cardápio escolar elaborado pela Nutricionista responsável no município. Esta elabora o cardápio e depois repassa para as escolas, via email. Conforme relato da Nutricionista, a organização dos cardápios escolares depende de três aspectos: i) se o contempla questões nutricionais, para que cada modalidade de ensino atinja a necessidade nutricional que a criança está no período letivo; ii) se existe estrutura física e locais para elaborar as preparações do cardápio e iii) se existe a disponibilidade de produtos, conforme a época do ano.

A preparação e a execução do cardápio são de responsabilidade da merendeira, que possui um papel importante no arranjo do PNAE, pois é um membro fiscalizador dos alimentos e, ainda, a “fada madrinha das comidas.” É a merendeira que manipula e apresenta o produto final e que está exposta à avaliação dos alunos diretamente, pois são eles quem dão o veredito sobre o alimento.

Na escola Municipal Papa João Paulo I é verificada uma relação entre os alunos e a merendeira. Essa proximidade ocorre apenas no momento do servir. Nota-se que os alunos comentam o quanto está gostosa a comida e expressam vontade de comer mais ao dizerem “quero mais, tia”. Por parte da merendeira a relação com os alunos e a alimentação está no cumprimento do cardápio escolar, nas adequações e estratégias realizadas para facilitar que as

crianças comam o alimento, aos questionamentos que a merendeira realiza, por exemplo, se as crianças querem carne, salada, mais ou menos comida.

Diante da alimentação escolar, o PNAE aborda uma ação de promoção da alimentação saudável, de educação alimentar, de novos hábitos, além de introduzir produtos locais na merenda escolar. Com essa perspectiva, é notável na escola que o Programa acarrete uma importante e significativa construção para a formação dos futuros adultos.

Na esfera do PNAE, entende-se que o programa promove a articulação das ações fomentadoras para a construção de uma nova perspectiva entorno da alimentação escolar. É um trabalho grandioso e árduo, pois o olhar reformista, sugerido por Morgan e Sonnino (2010), no sentido de ancorar várias temáticas e ações conjuntamente, numa política, já foi lançado pelo programa, porém, a prática nem sempre é fácil. O sentido reformista expressado aqui diz respeito à articulação entre a alimentação escolar diretamente à produção do alimento, aos meios de produção, tornando o ambiente escolar como promotor da formação crítica e, principalmente, promovendo a interdisciplinaridade do programa para tratar da alimentação.

A alimentação servida na escola Municipal Papa João Paulo I é atendida por produtos advindos da agricultura familiar local, em que o Município de Foz do Iguaçu consegue adquirir um percentual de 25% dos produtos da merenda escolar a partir da aquisição dos agricultores familiares. Assim, chegam à escola diversas variedades de legumes, verduras e, principalmente, os panificados. São produtos frescos, refletindo no aspecto de segurança na qualidade destes alimentos.

Dos produtos entregues na escola, a merendeira menciona que houve uma mudança no fornecimento das frutas em termos de qualidade e quantidade, relata apresentar alimentos com boa aparência e que se tem aproveitamento da maioria das frutas entregues, ainda ressalta para a qualidade das verduras e legumes. Também faz referência ao “sabor caseiro” dos panificados. Entende-se que estas mudanças contribuíram para que os alunos dessem um “novo” valor aos alimentos servidos, considerados mais saudáveis, sem utilização de agrotóxicos, integrais e caseiros.

Na escola estudada, a alimentação escolar oferece alimentos com a perspectiva de mais naturais, saudáveis, frescos e caseiros. Os executores do PNAE no município, que foram entrevistados neste estudo, entendem serem estas

questões de grande significância na composição alimentar consumida pelos escolares. O fato de os alunos saberem que as frutas, legumes e pães são de produtores locais, na opinião dos entrevistados, estabelece um vínculo com “a origem do alimento”. Mas, devido ao estudo de campo, percebeu-se que não são todos os alunos que sabem de onde vem o alimento que consomem, tanto aqueles consumidos na escola, mas também aqueles consumidos em casa.

A merendeira relata que a alimentação na escola foi mudando nos últimos anos, agregando novos alimentos, em que destaca o pão integral, a cuca (que substituiu o biscoito), o chá e a polpa de fruta (que substituíram o leitinho de soja). Também, relata que foi acrescentada a canjiquinha<sup>3</sup> e que houve a retirada do sucrilhos<sup>4</sup> e da salada de frutas do cardápio. A merendeira observa que, dependendo da administração municipal, “do Prefeito” em exercício, a merenda muda. Por exemplo, menciona que na posse do atual do Prefeito não houve a distribuição do leitinho de soja, nem nas escolas e nem nos postos de saúde. Ainda, classifica a alimentação hoje servida na escola como boa e saudável, atendendo o cardápio escolar desenvolvido pela nutricionista.

A cozinha da escola tem uma estrutura pequena. Esta é dividida entre uma parte que serve para dispensa e outra parte que serve para o preparo da comida. Nesta escola, a cozinha não se apresenta como uma área complementar das salas de aulas, de forma que não existe nenhuma ação pedagógica na cozinha, sendo esta apenas um espaço onde se prepara e oferece a comida.

É observado, tanto pela merendeira quanto por outros gestores do PNAE, que a alimentação servida nas escolas atualmente oferece uma comida, geralmente um prato, considerada pesada para o recreio dos escolares. Por exemplo, a macarronada, o arroz e feijão e o carreteiro são pratos que sustentam as crianças, não sendo apenas um lanche.

Em uma pergunta para a merendeira sobre qual seria sua sugestão de melhoria na alimentação dos escolares ela relatou sobre a “acessibilidade da comida para a questão da estação do ano”, pois observa que em dias muito quentes, o fornecimento de sopa não tem tanta procura pelos alunos. Conforme

---

<sup>3</sup> A canjiquinha, conhecida como quirera de milho ou pela égua, é um prato típico do Estado de Minas Gerais, sendo constituído do milho triturado e cozido com a carne de porco, mais sendo substituído por frango, linguiça ou carne bovina.

<sup>4</sup> O sucrilho é um cereal de base do trigo, com cobertura cristalina de açúcar que é usado na refeição matinal, café da manhã.



entrevista com a nutricionista, esta disse trabalhar com a análise da estação do ano e com a sazonalidade dos alimentos na composição dos cardápios escolares, quando verifica quais são os legumes e verduras da época, para determinar o cardápio das escolas.

A partir da observação-participante na escola, tive a oportunidade de experimentar a merenda servida para os escolares nos dias de visita à escola. A preparação da alimentação, os alimentos fornecidos pelos agricultores, os pratos servidos estavam deliciosos, sendo refeições saborosas e muito bem temperadas. A estratégia que a merendeira utiliza para servir a merenda do arroz com a carne separado aparentemente agrada aos escolares. Entendo que é “melhor aos olhos” quando não está tudo misturado, parecendo como uma “gororoba” ou mesmo um “reviro” (tanto gororoba quanto reviro são expressões populares sobre alimentos, usados na região de Foz do Iguaçu), em que se junta tudo que tem e come.

Essa estratégia da merendeira da escola, em servir os alimentos separadamente (arroz e carne; arroz e feijão), cria uma ação subjetiva na representação para a maneira e os costumes de como se servir. Cria-se o ilusório de em como organizar um prato visualmente, estabelecendo porções na organização do prato.

### 3.3.2 Educação

Compreendeu-se que o ambiente escolar tem tendência para uma ação transformadora, visto que busca criar ligações entre ensinamento e aprendizado, sendo um espaço que proporciona a descoberta do “novo”, em que as crianças chegam como “diamantes brutos” que precisam ser lapidados, necessitando de informações para desenvolver seu olhar crítico para o mundo.

A educação serve para estabelecer um diálogo direto entre questões que envolvem os hábitos, os comportamentos, os valores, a identidade e a construção de autonomia dos indivíduos. Assim, também, a saúde e alimentação favorecem para a estruturação de hábitos e comportamentos alimentares saudáveis.

Na escola Papa João Paulo I, em vista do espaço educacional e das ações pedagógicas, observam-se ações indiretas que marcam o olhar da criança

para com a alimentação. Pelas informações fornecidas pela Diretora, a escola tem abordado o tema da alimentação saudável na sala de aula, sendo tema de aula na matéria de artes, onde são abordados temas livres.

A Diretora também comentou que o tema da alimentação percorre todos os anos escolares das crianças na escola, de forma que cada professor é livre para abordar o assunto. Disse, também, que tem-se trabalhado com a pirâmide alimentar e com questões alimentares, por exemplo, de onde vem e quem produz os alimentos. A Diretora salientou que uma professora em específico, que dá aula para os alunos pequenos (1º ano), trabalha bastante com o tema da alimentação saudável, desenvolvendo uma oficina na sala de aula, com uma didática específica para crianças. Nas oficinas, a referida professora com ajuda de outros profissionais, trabalha com o tema das frutas, a diversidade das frutas, a necessidade de comê-las e, ainda, realiza o preparo de alguns alimentos na sala de aula, para estimular os alunos a trabalharem com os alimentos. Infelizmente, devido à incompatibilidade de horários não tive a oportunidade de conversar com esta professora, que parece levar diretamente o tema da educação alimentar saudável para dentro da sala de aula.

A Diretora verifica na ação educacional desenvolvida especificamente pela professora, a necessidade de se realizar um aprendizado para com os pequenos (escolares). Sinaliza que os alunos ficam animados nas oficinas e que nota resultados positivos no interesse desses alunos em comer frutas.

Diante dessa ação pedagógica desenvolvida na escola, nota-se que as crianças podem aprender com o novo, tanto que o próprio ambiente é propício para isso, dando-lhes informações sobre a alimentação, quais os alimentos mais nutritivos e os que devem participar da dieta das crianças diariamente. Desta forma, essas crianças passam a construir um novo olhar sobre a alimentação.

O interessante é que este novo olhar sobre a alimentação gerada no ensino das crianças não fique concentrado na escola, mas que este olhar possa chegar à casa, na forma de, um gosto para um prato específico, uma fruta que gosta, o comer a salada, o diálogo com o outro para a importância de uma alimentação e, ainda, a prática de atividades físicas. Mas, para que esta ação seja fortalecedora para as crianças é necessário que o ambiente escolar tenha um posicionamento similar ao proposto enquanto alimentação saudável.

A Diretora informou que a escola também possuía, há cerca de dez anos, uma horta no pátio. Era, segundo a Diretora, uma ação própria dela. Na horta

eram cultivados legumes e verduras, que eram usados para o temperinho da alimentação da escola. Na época, por haver muito cultivo em termos de quantidade, o excedente era levado pelos alunos para suas casas. Quem mantinha o cuidado com a horta eram os próprios alunos. Eram os alunos quem plantavam, coletavam e preservavam a horta, realizando os cuidados de rega e preparo do solo. Com o tempo, a horta foi abandonada, porque o espaço precisava ser desocupado, dada a construção de uma quadra esportiva, que no final, não foi concluída. Porém, para a construção da quadra, foram trazendo terra para o local da horta, e junto veio uma erva daninha, que se espalhou pelo pátio da escola. Depois disso não foi possível exterminá-la, afetando a horta. A tentativa de uma nova horta acabou não dando certo, pois as verduras e legumes “não vingaram”.

Hoje a escola não possui nenhuma horta, mas conforme a Diretora pretende-se construir uma em breve, mesmo que pequena. Alega não dispor de espaço no momento. Pretende fazer uma horta que contemple o cultivo de salsinha, cebolinha e temperinho verde para colocar na alimentação, e, ainda, salienta que quer a participação dos alunos nessa construção e nos cuidados da horta. A entrevistada acha a horta um significativo e importante meio de conhecimento para os alunos.

Considerando Maluf (2009), que entende ser a escola mais que um mero ambiente da sala de aula, e também considerando o diálogo com a Diretora da escola Municipal Papa João Paulo I, nota-se que, em particular, nesta escola tentou-se organizar um espaço escolar mais construtor de aprendizado em suas várias dimensões. Tanto na ação prática da oficina desenvolvida pela professora sobre a importância do consumo de frutas, quanto com a horta que pretende ser construída na escola. Há uma perspectiva de exploração do espaço escolar, mesmo com pequenos passos, e trabalham com essa construção na utilização dos espaços que a escola oferece, não apenas a sala de aula.

Na construção da educação alimentar, desenvolve-se nas crianças a capacidade de escolhas, em estimular o olhar crítico e reflexivo ao comer, e isto dialoga direto com o uso dos espaços da escola para promover a alimentação saudável. Isto traz para o foco da alimentação escolar os ensinamentos para melhorar a compreensão do significado do alimento e da alimentação. Ao estudar o PNAE, uma questão interessante é sempre notar se os debates sobre o tema da alimentação ocorrem nas atividades práticas das escolas, se as escolas oferecem

uma alimentação saudável.

De modo geral, entende-se que as ações educativas desenvolvidas na escola precisam ter um aspecto integrador e impulsionador de mudança no comportamento alimentar, que ofereça uma construção representativa e de entendimento crítico pelas crianças, pois o aprendizado delas está na simplicidade de objetivar uma ação de representação do alimento. Diante disso, um aspecto as vezes deixado de lado pelas professoras, mas que tem reflexo direto nos escolares, é a utilização de música, como exemplo a música “meu lanchinho”(ANEXO I). Esta música, cantada antes do horário da saída para o recreio, traz uma linguagem de interpretação da hora de comer e da necessidade do alimento para “a criança crescer e ser forte”. Pode proporcionar, sobretudo, reflexões sobre a importância do alimento para o corpo da criança. Entretanto, constatou-se que na escola Papa João Paulo I estas ações são utilizadas apenas com os alunos do 1º ano e 2º ano, já que para os alunos maiores não se tem uma metodologia de “antecipar” o recreio com música sobre alimentos.

Ainda sobre o período anterior ao recreio, o Presidente do CAE pontuou que uma das orientações para as escolas municipais é que os cardápios escolares devem estar anexados atrás das portas das salas de aula. Isto facilitaria que todos os dias houvesse a apresentação do prato do dia pelo professor aos alunos. Esta ação contribuiria para se trabalhar o tema da alimentação em sala de aula.

Na observação-participante realizada na escola não foi verificado esse procedimento. Constatou-se que a maioria dos alunos sai para o recreio sem saber o prato do dia, quando se deparam com o prato servido na cozinha, pegam-no e voltam para sala de aula. Entende-se que a alimentação escolar é um instrumento direto de representação de comida para as crianças, que com ações que trabalhem a alimentação servida na escola, podem trazer novos comportamentos e novos hábitos alimentares, recriando entre os escolares outro olhar para as representações de um alimento.

No caso da escola estudada, constou-se que existe uma relação da escola com os pais dos alunos, em dois extremos. De um lado, aqueles pais sempre atuantes, que ajudam participando das rifas promovidas pela escola, nas visitas frequentes para acompanhamento dos filhos e até ajudando com a merenda, com o fornecimento de frutas, para preparação de salada de frutas, etc. De outro lado,

aqueles pais que não são de participar na escola, nem ao menos estabelecer um interesse de diálogo com professores sobre seus filhos.

Encontra-se também, na escola, a presença frequente dos pais com filhos que possuem algum tipo de intolerância alimentar, que estabelecem um diálogo direto com a Diretora, pelo cuidado com a segurança desses escolares. Neste sentido, na escola existem dois alunos que são celíacos, ou seja, que têm intolerância ao glúten, sendo um aluno do período da manhã e outro do período da tarde. A alimentação escolar para esses alunos já foi tema de conversa entre Diretora, pais e nutricionista. Conforme relato da Diretora, o município não possui um cardápio diferenciado para atender alunos celíacos, de forma que a orientação dada a estes alunos é que não se alimentem com o prato do dia<sup>5</sup>. No caso destas crianças, sempre é servido arroz e feijão, quando as mesmas não podem ingerir a alimentação da escola, por conter glúten. Ainda, a Diretora informou que, nos dias que esses alunos não podem servir da alimentação escolar, é de responsabilidade dos pais o fornecimento da alimentação da criança. É esclarecido que foi entregue o cardápio escolar para os pais, para que estes acompanhem o cardápio servido na escola, em casa. Assim, a merenda escolar desses alunos não fica restrita ao arroz e o feijão, mas pode conter outros alimentos enviados pelos pais.

É necessário pensar que a alimentação escolar tem que contemplar todos os alunos da escola municipal, porém, ao mesmo tempo, constatou-se que não são levadas em análise as diferenciações alimentares dos escolares celíacos. Diante disso, falta uma atenção especial dos responsáveis técnico do PNAE, nesse tipo de casos, até mesmo, a composição de um cardápio diferenciado com esses escolares, no caso dos dias que não podem se alimentar da merenda escolar.

As atitudes voltadas para a educação alimentar na escola Municipal Papa João Paulo I têm tentado desenvolver o aprendizado dos escolares, através do envolvimento dos funcionários da escola (diretora, professoras, supervisoras e merendeiras). Constatou-se, em alguma medida, que a prefeitura, via secretaria municipal de educação, não possui esse retorno de iniciativas de “projetos” ou atividades sobre o tema da alimentação, visto a partir no contexto escolar, de iniciativas que contemplem uma promoção de hábitos alimentares, por exemplo, a oficina e a horta.

---

<sup>5</sup> Essa informação sobre os alunos com intolerância alimentar, relatada pela Diretora, não foi possível averiguação com os demais entrevistados para o TCC.

### 3.3.3 Saúde

O presente estudo tem se concentrado em verificar como o PNAE oportuniza o debate do tema da saúde na escola, como são discutidas estas questões com os escolares, se tem ocorrido mudanças na alimentação escolar. Neste sentido, conforme mencionado no capítulo anterior, as práticas e comportamentos alimentares são relativos, pois dependem de inúmeras circunstâncias ligadas aos indivíduos, neste caso estudado, as crianças, que estão se relacionando com “um mundo a ser descoberto”. Ocorrendo influências diversas que serão absorvidas ou não por estas crianças. De um modo geral, percebe-se que o ambiente escolar vem trabalhando como um meio de formação, ensinamento e reflexão para promoção, adequação e recriação dos comportamentos saudáveis.

Na escola Municipal Papa João Paulo I, os conhecimentos em nutrição são abordados na sala de aula em torno da pirâmide alimentar, a partir da explicação de suas estruturas, dos alimentos que mais devem ser consumidos, dos alimentos que devem ser evitados e sobre os benefícios dos alimentos no funcionamento do corpo. É importante que esses conhecimentos sejam discutidos com os alunos, mas, entende-se que apenas uma ação de repasse de informação não é suficiente. Entende-se que informar é vantajoso, mas se a realidade não traduz essa informação (a teoria), e fica o impasse da contextualização da realidade com o “certo”. Por isso, é também importante que ocorra o envolvimento dos alunos com o debate sobre a alimentação saudável fora da escola, na sua própria casa, com a família.

Os entrevistados, em geral, perceberam uma melhoria na alimentação escolar, desde a Lei 11.947 que possibilitou a aquisição de alimentos de agricultores familiares. Entendem que foi agregado o bem estar da criança, que passou a desfrutar de alimentos saudáveis. Foi citado, inclusive, que alguns dos alimentos são alimentos orgânicos, com menos oferta de produtos industrializados, de maior qualidade, que atendem as necessidades nutricionais nos cardápios enquanto estes permanecem na escola. Esta alimentação servida na escola é o instrumento que reflete o PNAE para os escolares.

Conforme a Secretária da divisão da Merenda Escolar, o município de Foz do Iguaçu possui iniciativas com projetos voltados para educação alimentar,

na área de obesidade infantil, desenvolvidos em duas instituições da rede municipal de ensino. A Secretária menciona que fica a critério de cada escola promover e agilizar projetos ou ações voltadas ao incentivo de escolhas saudáveis na alimentação escolar.

A tomada de decisão por parte das crianças no ato de se alimentar é um processo complexo e conflituoso, porque, as vezes, os meios não favorecem os fins, pois a informação e aprendizado são precisos, porém se as condutas não caminharem juntas com a informação, fica uma ação desprovida de mudança. Desta forma, as ações para a alimentação das crianças devem semear a reflexão sobre a educação alimentar saudável, recriando um novo olhar para mudanças e transformações de comportamentos e hábitos dos indivíduos, para a construção de escolhas críticas e saudáveis em torno do alimento.

#### 3.4 O PNAE: NOTAS SOBRE A PERCEPÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS

A merenda escolar servida pelo Município de Foz do Iguaçu hoje atende um percentual de 25% de compras em produtos da agricultura familiar. A entidade ganhadora do edital da chamada pública foi a Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (COAFASO), que é uma cooperativa regional, que envolve agricultores do município e de outros municípios próximos de Foz do Iguaçu.

De acordo com a nutricionista da secretaria municipal de educação, responsável técnica pelo PNAE, o Município de Foz adquire produtos da agricultura familiar desde 2007, antes mesmo da lei 11.947/2009. Naquela época se realizava a compra dos agricultores por dispensa de licitação, por exemplo, a compra de mandioca, que era o alimento mais produzido na região naquele tempo. Segundo a entrevistada, com a lei 11.947/2009 houve a expansão para a aquisição por meio da chamada pública, implicando uma forma legal de compra destes alimentos, e assim, gradativamente, o município passou a adquirir mais produtos da agricultura familiar local.

A nutricionista relata que o PNAE auxilia no desenvolvimento da criança. Conforme a nutricionista, a criança permanece quatro horas no espaço da

escola e, sem se alimentar, não tem como aguentar, não terá um bom desenvolvimento cognitivo, necessário para a aprendizagem, nem um bom crescimento físico. Comenta que acontece muito de, as vezes em casa, os pais não terem o hábito de oferecer fruta e salada para as crianças, de forma que na escola a criança adquire esse hábito. A mesma argumenta que o programa não apenas serve para erradicar a fome, mas, também, para criar hábitos saudáveis nas crianças.

Na conversa com a Diretora da escola, percebe-se que houve uma melhora na alimentação dos escolares com o fornecimento dos produtos dos agricultores do município. Isto porque a diretora descreve que melhorou muito a qualidade da merenda, porque os alimentos chegam frescos, sendo colhidos na semana, então, são frescos e saborosos, são alimentos que chegam da região, promovendo a valorização dos agricultores e suas famílias.

Já no olhar do presidente do CAE, em relação à aquisição dos produtos da agricultura familiar, a qualidade dos alimentos, principalmente, modificou-se, pois “comprando de um agricultor” é possível verificar a qualidade, é “mais fácil de cobrar melhorias e soluções de adequação aos alimentos servidos nas escolas”. Na fala deste entrevistado é observada uma relação direta do alimento com o produtor, de forma que qualquer advertência ou observação sobre a qualidade do produto é possível conversar diretamente com a cooperativa e o produtor, para garantir o fornecimento de um alimento de qualidade.

Considerando as entrevistas, as dificuldades diagnosticadas pelos gestores do PNAE vão desde problemas com a qualidade do alimento, por exemplo, uma verdura que não está adequada para o consumo, quanto o quadro de funcionários públicos para atender a demanda de todo o município e as disponibilidades de tempo para reuniões do CAE. Entende-se que a alimentação escolar é o laço direto dos alunos com o programa. Neste sentido, este programa não apenas tem-se pautado em fornecer comida nas escolas, mas, também, agregar temas voltados a expandir o contexto alimentar na escola, havendo a preocupação de promover novos hábitos saudáveis, a adequação e valorização dos hábitos culturais regionais, a construção de uma ação educativa de alimentação e nutrição.

Conforme foi possível constatar na observação-participante, neste estudo, o PNAE na Escola Municipal Papa João Paulo I tem adequado a alimentação para uma ação de fornecimento de alimentos de qualidade, permitindo uma diversificação na composição dos pratos servidos. Sobretudo, estimula a



promoção da alimentação e hábitos saudáveis pelo dispositivo da merenda, construindo um laço significativo de aproximação entre o produtor e as crianças. Estas questões são perceptíveis no estudo de caso, pois foram evidenciadas nas entrevistas realizadas, que destacaram a ação conjunta de vários agentes envolvidos no PNAE, promovendo um diálogo entre a escola e o programa, diretamente.

Com essa aproximação escola-produtor, percebe-se por parte dos executores do PNAE, uma certa confiabilidade em torno do alimento servido na escola Papa João Paulo I, pois agregou-se uma “qualidade” de conhecimento do alimento, de conhecimento de sua origem. Entende-se que isto representa um vínculo direto entre o entendimento dos indivíduos para a segurança na produção local. Pois, o processo de aquisição de alimentos de agricultores familiares da região, apresenta-se tanto benéfico para a merenda escolar quanto para os próprios agricultores, servindo como meio seguro e alternativo de venda dos alimentos. É uma ação de mão dupla, de forma que tanto os escolares ganham com esta aquisição, quanto os agricultores.

Analisando o PNAE, é possível dizer que este programa tem potencial para utilizar o espaço escolar para promover melhorias nos hábitos e comportamentos alimentares das crianças. Na escola Papa João Paulo I, a conexão entre o programa e a educação alimentar é pouco perceptível.

A execução do programa no município de Foz do Iguaçu depende do trabalho de diferentes amarrações políticas e de atores sociais para que seja concretizado, em que cada ator social tem uma responsabilidade na execução do programa. Assim, é necessário um trabalho que estabeleça a inter-relação entre os diferentes atores sociais, para que a execução do programa seja eficiente e que tenha resultados positivos na alimentação escolar do município.

Nem sempre esses arranjos de interação entre os atores sociais são executados na prática. Em diálogo com a merendeira, foi perceptível que esta não possui nenhuma relação direta com a nutricionista, em questões de aplicação ou de dúvidas quanto ao cardápio escolar. É perceptível um distanciamento entre os responsáveis pela execução do programa no ambiente escolar e os responsáveis pelo programa na secretaria de educação. Este pode ser reflexo de problemas com disponibilidade de pessoal para atender todas as demandas do programa, conforme já mencionado anteriormente.

Quando questionada sobre o PNAE, a merendeira da escola Municipal Papa João Paulo I sinaliza não saber do que se trata este programa, disse que “nunca ouviu falar”. Diante dessa resposta, perceber-se que nem todos os executores conhecem o programa. Em conversa com o Presidente do CAE, sobre a relação do conselho e da secretaria de educação, especificamente a divisão de merenda escolar, foi mencionado que se tem um diálogo direto com parcerias de ações municipais, tanto a composição do cardápio escolar, a adequação do edital da chamada para alimentos da agricultura familiar, a realização de visitas nas escolas ou CMEIS e quanto a parceria para soluções de problemas na merenda escolar. Ainda, o entrevistado menciona que possui uma interação direta nas escolas, porém como são poucos funcionários para muitas escolas no município, não são realizadas visitas em todas as escolas. Segundo o entrevistado, as visitas ocorrem em escolas em condições de vulneráveis. Quando surge algum problema na merenda escolar, o entrevistado comenta que é feita uma diligência e averiguado o problema, na tentativa de solucioná-lo o mais rápido possível.

Na composição do cardápio escolar, foi notado que este leva em consideração a construção cultural alimentar da região sul do país, propondo no cardápio das escolas pratos incorporados no cotidiano das famílias do município, como o arroz e feijão, a polenta com molho e o risoto <sup>6</sup>.

Um aspecto importante observado na escola em que foi realizado o estudo de caso, é que esta escola segue o procedimento orientado e ensinado pela Secretaria de Educação e pela Nutricionista, para que seja reservada por um tempo uma amostra da comida servida na escola, todos os dias. Esta ação é realizada pela merendeira, que armazena uma pequena amostra do alimento servido, identificado, com a data do dia, guardando no congelador por até 72 horas. Caso aconteça intoxicação ou mal estar por parte dos alunos por causa da refeição servida na escola, é possível fazer uma análise microbiológica. Depois das 72 horas, a amostra é descartada. Na visita que realizei na escola, foi possível observar a realização deste procedimento para todos os pratos servidos, mostrando a responsabilidade da escola para com os procedimentos técnicos estabelecidos pela secretaria municipal de educação sobre a merenda escolar.

---

<sup>6</sup> Risoto é um prato típico da culinária italiana, que significa “arrozinho”. Na região do Estado do Paraná é usualmente considerado um prato de fácil preparo e caracterizado como “comida de preguiçoso”, em seu preparo varia de cada pessoa, mas a base do prato é o arroz, com legumes e carne tudo misturado, tendo uma consistência cremosa.

### 3.5 O OLHAR DAS CRIANÇAS SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Este subitem busca trazer um olhar das crianças da escola Municipal Papa João Paulo I sobre a alimentação escolar. Neste sentido, é apresentado o resultado do teste de aceitabilidade dos pratos servidos na escola, realizado com as crianças.

Um fator relevante na representação que as crianças fazem da alimentação escolar é como estas descrevem a comida da escola. É importante mencionar que para a aplicação dos questionários, os alunos não sabiam o que seria oferecido. As crianças perguntavam para a professora o que era “merenda escolar” e a professora respondeu que era a comida que elas comiam na escola, aquela sem custo para as crianças. Constatou-se que as crianças não sabiam identificar o que era a alimentação escolar, mas quando foi falado que era “a comida da tia, aquela servida no prato e que não precisa comprar”, as crianças identificaram sua construção representativa do lanche servido e, assim, entenderam o que era a merenda escolar.

Conforme foi possível observar ao longo de uma semana, a refeição servida na escola instigava um olhar de satisfação, mas também de desagrado por parte dos alunos. Dependendo do alimento servido, notava-se distinta procura. Algo que considero normal, pois os gostos são particulares de cada pessoa, de forma que nem sempre um alimento que é gostoso para uma criança é também para outra. Isto foi possível confirmar a partir do teste de aceitabilidade. Verificou-se que, para algumas crianças, a banana é um alimento muito apreciado. Já para outras não é. Isto permite pensar que cada criança carrega suas características de escolhas e gostos, vinculados às várias complexidades que envolvem o ato de se alimentar de determinado alimento. Entende-se que isto se deve tanto pela questão de como a criança teve o primeiro contato com esse alimento, que vai trazer um olhar para esse alimento; mas também pela aparência do alimento, o gosto do alimento, azedo ou doce; e como o alimento foi servido. Estes são aspectos que influenciam os comportamentos alimentares das crianças.

Conforme foi possível observar, as crianças, no horário do recreio, saem eufóricas para comer, são sempre surpreendidas pelo prato do dia servido, e fazem fila para pegar o prato com a comida. Neste sentido, a merendeira já deixa

alguns pratos servidos, para quando as crianças chegam, de forma que a fila não fique muito grande.

Interessante sinalizar, como já mencionado anteriormente pelo Presidente do CAE, que é passado para as escolas a orientação de que o prato do dia seja informado atrás da porta da sala de aula, para que a criança tenha um conhecimento antecipado do que será servido. Entretanto, constatou-se que na escola Municipal Papa João Paulo I este procedimento não ocorre, ao menos, na turma observada. Ainda que os alunos sejam avisados do horário do recreio pela zeladora, que bate de porta em porta chamando todos para comer, não se encontrou informação atrás de porta. Foi possível observar, também, que para aquelas séries que estudam de manhã na escola, não existe um “ritual” de cantar uma música sobre alimentação. Também foi constatado que não ocorre uma cobrança para o ato de higienização das mãos antes de comer, não é uma exigência, algum escolar e outro que lavaram as mãos antes da refeição.

Durante a merenda, a fila para os alunos servirem-se é bem organizada. Percebe-se que os alunos já sabem o local que ocupam para não atrapalhar os colegas que já se serviram do lanche. Os alunos pegam o prato e seguem para suas salas de aulas, onde são realizadas as refeições de todos os alunos, tanto aqueles que comem a alimentação da escola, como aqueles que trazem a alimentação de casa.

No espaço “sala-refeitório”, quando a sala de aula se transforma em outro ambiente, o do refeitório, foi possível observar que, enquanto alguns alunos estão comendo, outros estão terminando de copiar a matéria do quadro. Neste sentido, os alunos que estão comendo na sala de aula ficam dividindo a mesa com os cadernos e o prato de comida. Entende-se que essa situação é desconfortante, com relação aos modos para se alimentar e, também, reflete uma ação de substituição de um ambiente para outro, de sala a refeitório.

Em relação às características de como são servidos os alimentos, é observado a utilização de pratos plásticos para todos os tipos de cardápios, menos para o pão e doce e a banana, que não são servidos no prato, mas entregues nas mãos dos alunos.
















Conforme mencionada a merendeira toda semana, no cardápio, é incluída uma sobremesa. Na semana em que visitei a escola foi a vez da banana. A sobremesa sempre é uma fruta. Às vezes é maçã, melancia, entre outras. Isto

depende da composição do cardápio mensal da escola e da época de cada tipo de fruta. Entretanto, a nutricionista responsável pelo programa relata não se tratar de uma sobremesa.

Os escolares, mesmo se alimentando com a merenda escolar, também, em alguns casos, alimentavam-se dos alimentos da cantina (alimentos comprados) e os trazido de casa. Com isto, há uma preocupação com uma abordagem de “duplo processo alimentar”, referindo-se ao comer duas vezes. Entendo que isto é significativo quando se pensa no percentual nutricional necessário na alimentação escolar das crianças. Isto pode acarretar, no longo prazo, em um processo de obesidade. Neste sentido, pode ser dizer que, em um olhar geral na escola, foi encontrado alunos aparentemente acima do peso, mas também outros alunos que representam estar com peso inferior que o recomendável.

Segue a baixo uma tabela elaborada a partir do teste de aceitabilidade da alimentação escolar aplicado com as crianças de uma das turmas do 3º ano da Escola Municipal Papa João Paulo I.

**Tabela 2:** Resultado do questionário sobre aceitabilidade da merenda escolar junto aos alunos de uma turma do 3º ano da Escola Papa João Paulo I, 2015.

	 1	 2	 3	 4	 5	
	11	3	5	2	4	
Arroz e feijão	44%	12%	20%	8%	16%	
	8	7	2	2	6	
Macarronada de frango	32%	28%	8%	8%	24%	
	3	1	5	4	12	
Sopa de legumes	12%	4%	20%	16%	48%	
	9	2	4	3	7	
Arroz e carne	36%	8%	16%	12%	28%	
	13	2	3	-	7	
Saladas	52%	8%	12%	-	28%	
	7	3	3	-	12	
Arroz doce	28%	12%	12%	-	48%	
	10	4	4	2	5	
Pão e doce	40%	16%	16%	8%	20%	
	17	2	2	-	4	
Banana	68%	8%	8%	-	16%	
	14	5	1	2	3	
Iogurte	56%	20%	4%	8%	12%	
	12	3	1	3	6	
Cuca e chá	48%	12%	4%	12%	24%	
Total de alunos						25

Fonte: Autoria própria.

É importante esclarecer que o questionário para os alunos foi elaborado com quatro perguntas, todas direcionadas para saber se os alunos comem da merenda escolar e quais suas avaliações para cada prato servido pela “tia” (expressão usada pelos alunos para chamar a merendeira) (ANEXO E). Com isto, chegou-se ao resultado de quais pratos os alunos mais gostam e de quais pratos os alunos menos gostam.

Na Tabela 2, os números que estão de cor vermelha simbolizam o maior número de alunos que marcaram tal rosto para aquele prato. As imagens significam: 1 – gosto muito, 2- gosto, 3- nem gosto e nem desgosto, 4- desgosto e 5- desgosto muito. Este significado foi apresentado e explicado para os alunos um pouco antes do teste.

No total, 25 alunos responderam o teste. Destes, 17 escolares marcaram a imagem de gosto muito (01) para a banana. Já 12 alunos marcaram a imagem de desgosto muito (05) para a sopa de legumes e o arroz doce.

Na pergunta que questionava se o aluno alimentava-se ou não na escola, o resultado foi que 19 alunos responderam que SIM e 06 alunos que NÃO (no total de 25 escolares). Outra pergunta do questionário analisava o que os alunos comiam no recreio (era possível assinalar mais do que uma alternativa). O resultado deu origem a Tabela 3, logo abaixo.

**Tabela 3:** Relação de alunos quanto ao que come no recreio, Turma do 3º Ano, Escola Municipal Papa João Paulo I, 2015.

O que lancha	Números de Alunos
Lanche de casa	14
Lanche da escola	17
Compra da cantina	15
Não lancha	2

Fonte: Autoria própria.

Na Tabela 3, é possível verificar que a grande maioria dos escolares alimenta-se tanto do lanche da escola, de casa, quanto do lanche da cantina. Dois alunos indicam não lanchar na escola. Deve ser ressaltado que, nesta pergunta, tinha-se a escolha de mais de uma alternativa, de forma que um aluno poderia

assinalar a opção lanche de casa e lanche da escola.

Buscou-se, com o questionário, saber qual alimento que as crianças mais gostam de comer na escola: se são os servido pela “tia”, se são os alimentos adquiridos na cantina ou se são os alimentos trazidos “de casa” (Tabela 4).

**Tabela 4:** Alimentos mais preferidos pelas crianças da alimentação escolar, Turma do 3º Ano, Escola Municipal Papa João Paulo I, 2015.

<i>Alimentos</i>	<i>Numero de Alunos</i>	<i>Merenda da escola</i>
Pastel	7	NÃO
Arroz e Feijão	5	SIM
Arroz doce	5	SIM
Mini pizza	4	NÃO
Pão de queijo	4	NÃO
Macarronada	4	SIM
Pão e doce	3	SIM
Chá	3	SIM
Salada	3	SIM
Achocolatado	1	SIM
Bolo	1	NÃO
Sanduíche	1	NÃO
Melancia	1	SIM
Cuca	1	SIM
logurte	1	SIM

Fonte: Autoria própria.

Na Tabela 4, é possível verificar, na primeira coluna, os alimentos que as crianças mais gostam de comer na escola. A segunda coluna mostra o número de alunos que responderam. A terceira coluna mostra se o alimento indicado pelas crianças está ou não no cardápio escolar. Observa-se que, dos 15 alimentos sugeridos pelas crianças, 10 são oferecidos pela merenda escolar e que 05 não fazem parte da merenda escolar.

Entende-se que a alimentação em geral servida na escola traz uma representação no gosto e das escolhas dos escolares, pois como foi realizada como uma pergunta aberta possibilita mencionar um leque de várias possibilidades de



alimentos. Notou-se uma valorização da alimentação servida na escola como saborosa, porém, quando se confronta as Tabelas 04 e 02, percebe-se que o prato com mais aprovação, a banana, eleito como o mais gostoso, não foi indicado por nenhum escolar como o alimento que elas mais gostam.

É interessante ainda mencionar, que o prato arroz e carne, que na observação-participante percebeu-se uma grande procura, inclusive com repetições, conforme a Tabela 2, não aparece como um prato de grande agrado dos escolares.

Outra questão observada é que, conforme a Tabela 4, o alimento que as crianças indicaram mais gostar foi o pastel. Conforme foi possível constatar, este alimento não é oferecido na merenda escolar. Entretanto, parece estar integrado no comportamento cultural alimentar da criança.

O teste de aceitabilidade da alimentação escolar, na escola Municipal Papa João Paulo I, demonstrou a satisfação da criança para com o alimento servido, visto que esses alunos da turma do 3º ano representam 1/3 do total de escolares de manhã na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise realizada ao longo do TCC, verificou-se que o PNAE vem trabalhando com ações e temáticas, que subentende novos objetivos e ações na sua trajetória de atuação, dentro disso, atualmente desenvolve iniciativas para a educação alimentar e nutricional, com diálogo direto no ambiente escolar, com abordagem responsável na valorização, mudança e preservação de hábitos e práticas alimentares. Percebe-se pela análise realizada sobre o programa, que o mesmo, apresenta ações que desencadeiam essa preocupação na complexidade da alimentação escolar, porém nem sempre os objetivos são alcançados e os resultados são conforme o planejado na execução do programa. Mas, possuem avanços significativos em torno dos seus 60 anos de trajetória, e pode-se dizer que foi importante e necessária sua permanência no ambiente escolar e na vida dos escolares, tanto como um instrumento de garantia da merenda escolar, como uma tentativa de incentivar mudanças de comportamentos alimentares das crianças.

Analiso que o programa evoluiu em sua construção como ação para alimentação escolar, e que precisa continuar nesse processo de desenvolvimento, trabalhando para o surgimento de novos objetivos e ações, sendo essas correspondendo o contexto e as problemáticas da realidade do Brasil.

Interessante análise caberia para ao contexto da educação alimentar e nutricional que o programa vem pautando. Notou-se que na Escola Papa João Paulo I (públicos-alvo do programa) essa percepção do ambiente escolar como reformistas de comportamentos alimentares esta estacionado, até o ponto que as os agentes internos se mobilizam para realizar essa construção educativa de alimentação.

Um objetivo do trabalho era observar como os temas da alimentação, saúde e educação são tratados na execução do PNAE no município de Foz do Iguaçu, mais precisamente na escola Municipal Papa João Paulo I. Neste sentido, percebeu-se que o programa traz uma ação intersetorial, construindo um olhar sensível e potencializado como ferramenta de conexão entre os escolares e agricultores.

Foi visto que em 2009, com a Lei nº 11.947/09, passou-se a ocorrer a obrigatoriedade da aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE, desenvolvendo resultados percebíveis na qualidade da merenda escolar servida

atualmente nas escolas, especificamente no caso do município de Foz do Iguaçu. Isto nos relatos dos executores foi explicitado como uma ótima contribuição, de melhorias na alimentação das escolas, traduzindo para uma alimentação saudável e sustentável, que atende para os novos rumos de indivíduos reflexivos e atuantes no comportamento alimentar.

A alimentação escolar é complexa de se tratar, pois constrói significados e representações, notando-se um leque de possíveis ações relacionadas ao tema da merenda escolar. O contexto alimentar dos escolares estudados, em que alguns escolares apresentam intolerância alimentar, no caso da escola Papa João Paulo I, foi solucionado o problema com o oferecimento de arroz e feijão, nos dias que no cardápio apresentava alimentos que essas crianças não poderiam estar ingerindo. Em relação a essa diferenciação alimentar foi observado que o PNAE não atende essa diferença alimentar. Sobretudo, exige responsabilidade do responsável técnico do município, em articular esse olhar reflexivo para a alimentação dos escolares.

Constatou-se que o programa não oferece ações de educação alimentar e nutricional em âmbito municipal, salvo o debate sobre obesidade infantil mencionado pela Secretaria da Divisão da Merenda Escolar. Conforme foi mencionado, fica a critério de cada escola promover e agilizar projetos ou ações voltadas ao incentivo de escolhas saudáveis na alimentação escolar.

A verificação de mudanças nos hábitos e comportamentos dos escolares necessitaria de uma ação de diálogo com os pais de alunos, para observar o interesse dos filhos frente os alimentos, que tipos de alimentos, se houve troca de alimentos ingeridos, até mesmo de lanches levados de casa, se existem escolhas e pedidos fora dos alimentos habituais de casa. Este tipo de verificação resgataria a ação educativa aprendida na escola e refletida no cotidiano da criança, na sua casa.

Ao longo da elaboração do trabalho foi verificado a existência de algumas percepções e noções de palavras como: merenda escolar e alimentação escolar; intervalo e recreio; hábitos alimentares e comportamentos alimentares, que possuem distinções de noções conceituais que as rodeiam. Foi notado essas distinções conceituais nas falas dos entrevistados, e sendo interessante um aprofundamento para essas representações conceituais em algum momento, tendo em vista que neste trabalho não foi possível.

Por fim, com a análise realizada neste estudo espero de alguma forma, contribuir com os gestores e a sociedade civil local, com informações e observações sobre a problemática da alimentação escolar no Município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mariza. **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico?** Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995.

BARROS, Maria Sylvia Carvalho; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Rev. Alim. Nutr.**, Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121, 2003.

CARVALHO, Alice Teles de; et al. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação.** v.12, n.27, p. 823-34, outubro/dezembro 2008.

CHAVES, Lorena Gonçalves; MENDES, Paula Nascente Rocha; BRITO, Rafaela Ribeiro de; BOTELHO, Raquel Braz Assunção. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 857-866, nov./dez., 2009.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados.** vol.19, no. 55, São Paulo, Set./Dec. 2005.

CLAUSSEN, Sandra. **Avaliação da alimentação de crianças em idade pré-escolar de uma escola municipal de Santa Terezinha de Itaipu- PR.** Medianeira, 2013, p.1-34.

COSTA, Ester de Queirós; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Claudia de Otero. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutrição**, Campinas, v.14, n.3, p. 225-229, set./dez., 2001.

DANELON, Maria Angélica Schievano; DANELON, Mariana Schievano; SILVA, Mariana Vieira da. **Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas.** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 13(1): 85-94, 2006.

DEMINICE, Rafael; LAUS, Maria Fernanda; MARTINS, Thalia Manfrin; SILVEIRA, Susana Dutra de Oliveira; DUTRA-DE-OLIVEIRA, José Eduardo. Impacto de um programa de educação alimentar sobre conhecimentos, práticas alimentares e estado nutricional de escolares. **Rev. Alim. Nutr.**, Araraquara. v.18, n.1, p.35-40, jan/mar, 2007.

FRIEDMAN, Harriet. Uma economia mundial de alimentos sustentáveis. IN: BELIK, W; MALUF, R; FRIEDMAN, H; et al. **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização.** Campinas:IE/UNICAMP, 2000, p.01-22.

FROEHLICH, Elisângela. **A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tape (RS).** Porto Alegre, 2010.

GARCIA, Rosa W. D. Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. **Revista Cadernos de Debates** – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP. v. II, p. 12-40, 1994.

GODOY, Simone Sabino de. **Estudo da satisfação da alimentação escolar**. Medianeira, 2013, p.9-35.

GRISA, Cátia; KATO, Karina; ZIMMERMANN, S.A. **Relatório Final**. PROJETO REPENSANDO O CONCEITO DE RURALIDADE NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS – O rural nas políticas públicas do Brasil contemporâneo, 2014, p.1-23. IICA. Relatório de Pesquisa.

LOUREIRO, Isabel. **A importância da educação alimentar: o papel das escolas promotoras de saúde**. Educação Alimentar, vol. 22, n. 2, p. 43-52 — julho/dezembro, 2004.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os Macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?. **Rev. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145-156, dezembro de 2001.

MALUF, Renato S. **Alimentação, escola e agricultura familiar**. Estudo de Observação de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), nº 26, maio de 2009, p. 1-3.

MALUF, Renato S. **Estudo 34: Segurança Alimentar e Nutricional**. Projeto Perspectivas dos Investimentos Sociais do Brasil (PIS), Cedeplar/UFMG, (Sd).Disponível em:  
<[https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/index.php?option=com\\_content&view=article&id=931&catid=190](https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/index.php?option=com_content&view=article&id=931&catid=190)>

MALUF, Renato S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaio FEE, Porto Alegre, n. 1, v. 25, p. 299-322, abr. 2004.

MENASCHE, Renata. **Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não?**. Rio Grande do Sul, 2000-2002, p. 1-20.

NASCIMENTO, Renato Cavalheiro do. **O papel do CONSEA na construção da Política e do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Rio de Janeiro, setembro de 2012, p. 07-169.

NASCIMENTO, Renato Cavalheiro do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Rev. IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul/dez de 2009.

PAIVA, Janaína Braga de. **Hábitos alimentares regionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um Município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa**. Salvador-Bahia, março de 2011, p.11-118.

PARAVISI, Sarine; RIBEIRO, Danielly Cristina; LOPES, Gilberto Helena H. Aceitabilidade de alimentos não habituais na merenda escolar. **Rev. Nutr Gerails**, Ipatinga, v. 5, n. 8, p. 696-707, fev./jul. 2011.

RAMOS, Maurem; STEIN, Lilian M. **Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil**. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro – RJ, v. 76, supl. 3, p. S229-S237, 2000.

ROMANELLI, Geraldo. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. **Rev. da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, v. 39, n.3, p. 333-339, jul/set. 2006.

ROTENBERG, Sheila; VARGAS Sonia de. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. **Revista Brasileira Saúde Materna Infantil**. Recife, v. 4, n. 1, p. 85-94, jan./mar., 2004.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p.681-692, set./out. 2005.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. **O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão**. *Temas livres – Free Themes*, p. 453-462, julho/novembro de 2010.

SILVA, Cleliani de Cassia da; BOCCALETTO, Estela Marina Alves. Educação para a Alimentação Saudável na Escola. In: BOCCALETTO, E. M. A; MENDES, R. T; VILARTA, R. **Estratégias de Promoção da Saúde do Escolar**: atividade física e alimentação saudável. 1º Edição. Campinas: IPES, 2010, p. 23-40.

SONNINO, Roberta; MORGAN, Kevin. Repensando a Alimentação Escolar: O Poder do Prato Público. **Estado do Mundo**. p. 72-78, 2010.

STOLARSKI, Marcia C. Caminhos da alimentação escolar no século XXI: histórico da política nacional e avanços na gestão do Paraná. In: HAMERSCHMIDT, I; OLIVEIRA, S. de. **Alimentação saudável e sustentabilidade ambiental nas escolas do Paraná**. 1º Edição. Curitiba-PR: EMATER, 2014, p. 9-36.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Segurança Alimentar – Educação Alimentar e Nutricional. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/educacao-alimentar-e-nutricional> > Acesso em: 14 de fevereiro de 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programas-PNAE. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar> > Acesso em: 13 de setembro de 2014 e 20 de fevereiro de 2015.

Disponível em:< <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5166-manual-para-aplica%C3%A7%C3%A3o-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae> > Acesso em: 14 de fevereiro de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Resultados e metas – escola. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/> > Acesso em: 10 abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretária da Agricultura. Disponível em: < <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=19> > Acesso em: 15 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Decreto Nº 18.778, 1 de abril de 2009 – CAE. Disponível em: < <http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=9783> > Acesso em: 15 de outubro de 2014.

Disponível em: < <http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=37084> > Acessado em: 10 de maio de 2015.

Disponível em: < <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1595> > Acesso em: 18 de novembro de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Sobre Unila, Foz do Iguaçu e Região Trinacional. Disponível em: < <http://www.unila.edu.br/conteudo/foz-igua%C3%A7u-e-regi%C3%A3o-trinacional> > Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Risotto> > Acesso em: 16 de maio de 2015.

Disponível em: < <http://www.megacurioso.com.br/cultura-nerd/37257-voce-conhece-a-origem-do-sucrilhos-.htm> > Acesso em: 16 de maio de 2015.

Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Kellogg%E2%80%99s> > Acesso em: 16 de maio de 2015.

Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Canjiquinha> > Acesso em: 16 de maio de 2015.

Portal CIDADE.

Disponível em: < <http://foz.portaldacidade.com/noticia/id/2142/novos-alimentos-estao-sendo-incluidos-no-cardapio-da-merenda-das-escolas-e-creches-municipais> > Acessado em: 14 de novembro de 2014.

Portal CULTIVANDO AGUA BOA.

Disponível em: < <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/noticias/cab-premia-merendeiras-no-3-concurso-de-receitas-saudaveis> > Acessado em: 20 de março de 2015.

Portal CLICKFOZ

Disponível em: < <http://www.clickfozdoiguacu.com.br/pagina/foz-do-iguacu-e-destaque-no-programa-globo-rural> > Acesso em: 09 de novembro de 2014.



Disponível em: < <http://www.clickfozdoiguacu.com.br/pagina/prefeitura-faz-chamada-publica-para-merenda-escolar>> Acessado em: 09 de novembro de 2014.

Disponível em: < <http://www.clickfozdoiguacu.com.br/pagina/foz-do-iguacu-aparece-em-otima-colocacao-no-ideb-6035> > Acessado em: 10 de março de 2015.

Portal RADIO CULTURA.

Disponível em: < <http://www.radioculturafoz.com.br/diretora-da-escola-papa-joao-i-ressalta-bom-desempenho-no-ideb/#.VV1CB7IViko> > Acessado em: 19 de novembro de 2014.

Portal VIDA DE ESTUDANTE.

Disponível em: < <http://www.vidadeestudante.com.br/educacao-e-agricultura-preparam-chamada-publica-para-merenda-escolar-em-foz-do-iguacu/#.VVy9UrIViko>> Acesso em: 09 de novembro de 2014.

**ANEXOS**

## ANEXO A – ENDEREÇOS DAS ESCOLAS E CMEIS E CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO



*Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

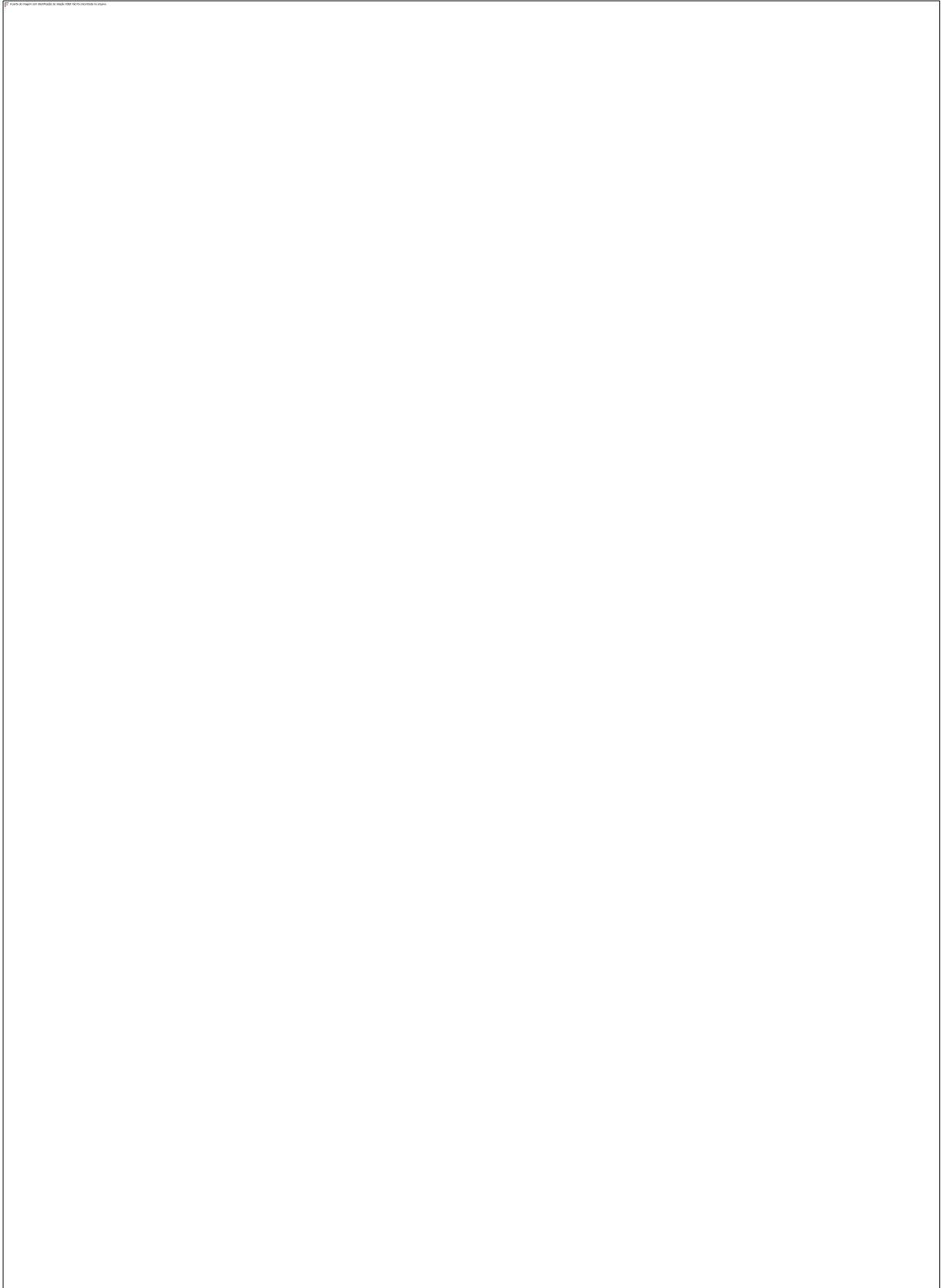


### ANEXO II

#### Endereço das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil e Cronograma de entrega

ROTA PORTO MEIRA				
Nº	ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone
1	Acácio Pedroso	Rua Traíra, 305	Profilurb I	3901-3360
2	Adele Zanotto Scalco (CAIC)	Rua Xavier Koelb, 1923	Jd. Boa Esperança	3901-9595
3	Anita Garibaldi	Rua Martim Nieuwenhoff, 195	Fundos Posto Carimã	3529-7535
4	Augusto Werner	Rua Atalaia, 190	Carimã	3901-9849
5	Cecília Meireles	Rua Feldspato, 790	Pq. Ouro Verde I	3901-3368
6	Da Vila Shalon	Av. General Meira, s/nº	Vila Shalon	3901-3322
7	Jardim Naipi	Rua Vicente Celestino, 208	Jardim Naipi	3523-6755
8	Pres. Getúlio Vargas	Rua Sempre viva nº 347	Vila Adriana	3901-9552
9	Prof.ª Lúcia Marlene	Rua Major Acylyno de Castro, 838	Vila Yolanda	3901-3391
10	Vinicius de Moraes	Rua das Rosas, 325	Jd. Das Flores	3901-3393
11	Princesa Isabel	Av. das Cataratas, 8025	Acampamento Adventista	3901-3326

ROTA VILA C				
Nº	ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone
1	Ademar Marques Curvo	Rua Lúcio Padilha, 170	Vila São Sebastião	3521-9506
2	ACDD	Rua Mandaguari Nº 18 Vila A	Jardim Santa Rosa	3524-7388
3	Altair Ferrais da Silva "Zizo"	Rua Andradina, s/nº	Jardim Ipê	3901-3400
4	Arnaldo Isidoro de Lima	Rua D, 520	Vila C	3521-9596
5	Belvedere	Rua Guaraciaba, esq. Apucarana, 300	Jardim Belvedere	3901-3402
6	Cândido Portinari	Rua Gaspar, 499	Jardim Petrópolis	3901-3403
7	Gabriela Mistral	Alameda Palmas, s/n	Jardim Lancaster	3901-3405
8	Jorge Amado	Rua Antônio Alves, 600	Cidade Nova II	3901-3407
9	Monteiro Lobato	Rua Angela Aparecida Andrade, 145	Porto Belo	3901-3408
10	Najla Barakat	Rua Planalto, 280	Vila Justus	3901-3324
11	Padre Luigi Salvucci	Rua Fortaleza, 45	Vila C Nova	3901-3409
12	Ponte da Amizade	Av. Tancredo Neves, 3159 (Viaduto)	Jardim Jupira	3901-3387
13	Prof.ª Josinete Holler	Av. 04, s/ nº	Vila A	3901-3390
14	Prof.ª Rosália de Amorim	Rua Cacique, 883	Jardim Canadá	3521-9564



Fonte: edital de CHAMADA PÚBLICA, 2014.



## Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu



### ESTADO DO PARANÁ

3	Nosso Canto	Rua Ariano Suassuna, 610	Jardim Central	3522-1398
	Núcleo Sagrada Família			
4	Família	Rua João Rouver, 259	Centro	3574-4225
5	Prof. Parigot de Souza	Rua Benjamin Constan, 493	Centro	3901-3309
	Prof. <sup>a</sup> Elenice			
6	Milhorança	Rua Di Cavalcanti, 523	Jardim América	3901-3389
7	Santa Rita de Cássia	Rua Anita Malfatti, s/n	Vila Pérola	3521-9567
8	São José	Av. Brasil, 1590	Centro	3574-1043

### ROTA INTERIOR

Nº	ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO	
1	Brigadeiro Sampaio		Alto da Boa Vista	3369-7024
	Eleodoro Elbano			
2	Pereira		Aparecidinha	9968-0691

### 7.2 Endereços dos Centros de Educação Infantil

ROTA PORTO MEIRA				
Nº	CMEIS	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone
1	Elfrida Keller	Rua Amor Perfeito, s/nº	Vila Adriana	3901-3294
2	Mamãe Agenora	Rua das Ostras, s/nº	Profilurb II	3901-3302
3	Moraci Favassa Venson	Rua Javier Koelbel, s/nº	Boa Esperança	3901-3304
			Jardim Novo Horizonte	
4	Novo Horizonte	Rua Luiz Pinheiro, s/nº	Novo Horizonte	3901-3306
5	Ouro Verde	Alameda Ágata, 367	Ouro Verde	3901-3308
6	Rosa Cirilo de Castro	Rua Pirapitanga, s/nº	Profilurb II	3901-3313
7	Soldadinho de Chumbo	Rua Bagre, s/nº	Profilurb II	3901-3314
8	Pré Mãe Maria	Avenida Morenitas, 2047	Vila Padre Monti	3529-7133

ROTA VILA C				
Nº	CMEIS	ENDEREÇO	BAIRRO	
1	Amor Perfeito	Rua Zulema Araujo Frazom, s/nº	Cidade Nova	3901-3287
2	Carlos Gauto	Rua Principal, s/nº	São Sebastião	3901-3291
3	Celeste Sottomaio	Rua Antonina, s/nº	Jardim Paraná	3901-3292
4	Dom Olívio	Avenida Tancredo Neves, s/nº	Porto Belo	3901-3286
5	Flor de Acácia	Rua Ângela Ap <sup>a</sup> Andrade, 945	Jardim Califórnia	3901-2195
6	Flor de Lis	Rua "N", 655	Vila "C" Nova	3901-3296
7	José Bento Vidal	Rua Vila Velha, s/nº	Vila "C" Velha	3901-3511
8	Prof <sup>a</sup> Nilva de Jesus	Rua Belo Horizonte, 594	Jardim Carla	3901-3310

ROTA BR				
Nº	CMEIS	ENDEREÇO	BAIRRO	
1	Cláudio Lourenço	Rua Pedro Francisco Keru, 329	Sol de Maio	3901-3293
			Jardim Santa Rosa	
2	João de Aquino	Rua Oscar A. Franco, 27	Rosa	3901-3299
3	Três Bandeiras	Rua Franco Velasco, 285	Três Bandeiras	3901-3315
4	Três Lagoas	Rua Camorin, s/nº	Três Lagoas	3901-3316





*Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ



5	Victório Basso	Rua Engenho Novo, s/nº	Parque Imperatriz	3901-3442
---	----------------	------------------------	-------------------	-----------

ROTA SÃO FRANCISCO				
Nº	CMEIS	ENDEREÇO	BAIRRO	
1	Bárbara Matos	Rua Olímpio, 1223	Morumbi III	3901-3288
2	Campos do Iguaçu	Rua Capibaribe, 695	Campos do Iguaçu	3901-3290
3	Inácia de Menezes	Rua Pompeu de Toledo, s/nº	Morumbi II	3901-3297
4	Jardim Lindóia	Rua Foz da Areia, 233	Jardim Lindóia	3901-3298
5	Júlia Ferrais	Rua Saracura, 202	Portal da Foz	3901-3300
6	Maricota Basso	Rua Airton Ramos, s/nº	Jardim São Paulo	3901-3303
7	Oswaldo Goch	Rua Ronie Peterson, s/nº	Vila Borges	3901-3307
8	Pingo de Gente	Av. República Argentina, 5935	Cohapar III	3901-3280
9	São Francisco	Rua Canindé, s/nº	Morumbi II	3901-3301
10	Nossa Senhora da Conceição	Rua Otávio Portes, 156	Parque Morumbi II	3578-5411
11	Vila Esmeralda	Rua Potiguara, 2518	Vila Esmeralda	3901-3445

Centro				
Nº	CMEIS	ENDEREÇO	BAIRRO	
1	Ramona Dotto	Rua Emílio de Menezes, 1609	Jardim América	3901-3311
2	APMI	Rua Almirante Barroso	Centro	3253-5667
3	Mamãe Carolina	Rua Mato Grosso, 631	Vila Maracanã	3574-4150

7.3 Endereços dos Centros Escola - Bairro

Centro Escola Bairro				
Nº	Centro Escola Bairro	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone
1	Arnaldo Isidoro de Lima	Rua D nº 520	Vila C Velha	3901-3510
2	Bubas	Rua Golfinho nº 460	Buba	3901-3289
3	Clovis Cunha Viana	Rua Julio Brecher s/nº prox Av. Gramado	Lagoa Dourada	3901-3406
4	Darci zanatta	Rua Pompeu de Toledo s/nº Fundos Escola Irio Manganeli	Morumbi I	3901-3323
5	Érico Veríssimo	Rua Jorge Sanwais nº 4375	Jd. São Paulo	3525-1876
6	Leonel Brizola	Rua Mundaú nº 400	Jd. Três Lagoas	3901-3270

**ANEXO B- ENTRADA DA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO I**



Fonte: Autoria Própria.

**ANEXO C – LISTA DE ENTREVISTADOS**

Aline Cristina Chistmann – Nutricionista Municipal da Secretária de Educação, divisão da alimentação escolar. Data: 17 de novembro de 2014.

Joel Rodolfo Gerling – Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Data: 03 de março de 2015.

Nair Silva - Merendeira da Escola Municipal Papa João Paulo I. Data: 04 de março de 2015.

Jeneci M. Wendt – Diretora da Escola Municipal Papa João Paulo I. Data: 17 de março de 2015.

Josiane Iop Kruger – Responsável da divisão de Alimentação Escolar da Secretária de Educação de Foz do Iguaçu. Data: 25 de março de 2015.



## ANEXO D - ROTEIROS DE ENTREVISTAS

### - MERENDEIRA

- 1- Quando começou a trabalhar na escola, já pertencia a profissão de merendeira?  
Como entrou nisso?  
\*relato de vida
- 2- Quanto à capacitação dos cursos da prefeitura, lembra quando foi ofertado o ultimo curso? Quais as abordagens e ensinamento nos cursos? Do que se falavam?  
\*preocupação com produto/temática higiene
- 3- Como identificam que os alunos gostaram da alimentação servida? Se não foi muito aceita - ocorre adequação de alimento/preparo?  
\*\*teste de aceitabilidade dos alunos?
- 4- Quais estratégias para que os escolares consumam alimentos nutritivos?
- 5- Quais são os processos que os alimentos percorrem até chegar como comida aos escolares? Quando chega dos agricultores, seus manuseios? Quais são?
- 6- Comente quais as maiores dificuldades para o preparo da merenda escolar?  
  
\*infraestrutura? Alimentos? Utensílios?
- 7- A entrevistada tem conhecimento sobre o PNAE? Já ouviu falar a respeito?
- 8- No tempo que trabalha de merendeira visualizou/observou mudança no cardápio escolar? Quais mudanças? São positivas/ boas ou ruins?
- 9- O que explicaria ser uma alimentação saudável?
- 10- A entrevistada observa interesse das crianças para a comida da escola? Em sua opinião, quais os alimentos oferecidos na merenda que os alunos mais gostam e quais os que menos gostam?
- 11- A escola desenvolve alguma atividade de educação alimentar com os alunos?  
Sim/Não. O que sabe a respeito?
- 12- Qual a relação que você verifica entre alimentação, saúde e educação? Como a entrevistada entende que isto ocorre na alimentação escolar da Escola Papa João Paulo I?

**- NUTRICIONISTA**

- 1- Pedir para contar como chegou naquele cargo? Quanto tempo está no cargo de responsável técnica do PNAE? Histórico profissional/ vida da entrevistada?
- 2- Houve algum impasse na execução do Pnae no Município? Teve-se, qual foi e por quê? Como ocorreu a construção? Quais as dificuldades encontradas e como solucionaram? Hoje, quais são as dificuldades?
- 3- Qual sua opinião quanto ao PNAE?
- 4- Quantas escolas são atendidas pelo programa?
- 5- Como se dá o processo da compra e distribuição dos alimentos nas escolas? Quem os Responsáveis?
- 6- Como é a relação das Escolas municipais com a Secretaria de Educação? Tanto nutricionista e merendeira? Têm-se diálogos, quais são esses? Visitas, reuniões?
- 7- Qual a importância do CAE na execução do PNAE? Houve algum avanço deste espaço intersectorial, quanto a merenda escolar e ao debate da Segurança alimentar?
- 8- Como funciona a alimentação escolar? Agricultor leva diretamente nas escolas, ou a prefeitura é responsável pela distribuição? Como se dá o processo de aquisição até a distribuição?
- 9- Como são elaborados os cardápios nas escolas? Quais as prioridades para a construção dos mesmos?
- 10- Qual a relação que você verifica entre alimentação, saúde e educação? Como a entrevistada entende que isto ocorre na alimentação escolar no município de Foz do Iguaçu?
- 11- No município é desenvolvido alguma atividade de educação alimentar nas escolas, por parte do PNAE?
- 12- Sua opinião, quanto aos 30% de produtos alimentícios advindos da agricultura familiar local? Benefício ou não? Quais e Por quê? Mudanças, quais foram elas?
- 13- Como avaliaria o PNAE, com a mudança da aquisição dos alimentos? Comente.

**- DIRETORA**

- 1- Dados escolares:  
\*números de alunos? Numero de refeições servidas diariamente?  
\*quadro de funcionários? Professores? Merendeiras? Secretarias?
- 2- Como os recursos federais são utilizados para alimentação na escola?
- 3- Quais as dificuldades para garantir a alimentação na sua escola? Quais os problemas mais frequentes? Recebem reclamações?
- 4- Tem-se alguma ação por parte da escola, quanto à adequação de dinâmicas alimentares dos escolares? Considerando aspecto cultural?
- 5- Na escola possui algum projeto ou ação de educação alimentar? A temática da alimentação está inserida nas atividades educativas da escola? Na escola é realizada alguma atividade relacionada com a nutrição das crianças? Qual?
- 6- Na escola possui atividade relacionada com a nutrição das crianças? Métodos de ensinamentos? Quais?
- 7- Como responsável pela instituição escolar, observa quais os principais problemas do PNAE? Como são resolvidos os problemas da alimentação escolar?
- 8- Há algum tipo de reunião com os pais, quanto a alimentação escolar? Buscam analisar os escolares, olhando para o que eles comem? Os pais são presentes no processo educativo dos filhos?
- 9- Existe alguma supervisão ou avaliação da merenda escolar servida na escola? Até mesmo por parte da secretaria?
- 10- Em sua opinião aos 30% de produtos alimentícios advindos da agricultura familiar local, observou melhorias/benefícios? Quais? \*\*Mudanças, quais foram elas? \*\*
- 11- A entrevistada qualificaria a alimentação servida na escola como adequada e saudável aos escolares? Por quê?
- 12- Em sua opinião, acha que necessita de mudança na alimentação escolar? O que?

**- PRESIDENTE CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE)**

- 1- Como atua o conselho de alimentação escolar em Foz do Iguaçu? Possui quais prioridades? Sua composição?
- 2- Comente como ocorre o processo de repasse dos recursos federais para gestão do PNAE?
- 3- Quais são as principais dificuldades na gestão do programa de alimentação escolar?
- 4- Como ocorre a fiscalização dos recursos destinados a alimentação escolar? É efetiva?
- 5- Possuem em âmbito municipal, avaliações realizadas do programa? Chegou a ser realizada alguma? Como ocorreu?
- 6- Como é feita a comunicação com os setores de atuação do programa, tanto por parte do FNDE e as unidades municipais executoras e realizadoras?  
\*\* Como se dá o dialogo entre essas diferentes unidades?  
\*\*CAE-SME-ESCOLA
- 7- O conselho tem exercido alguma função no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional? Qualidade dos alimentos oferecidos?
- 8- Em sua opinião, quais foram e são as dificuldades na execução do Programa no Município?
- 9- Em sua opinião aos 30% de produtos alimentícios advindos da agricultura familiar local, o conselho verificou mudanças? Benefícios? \*\*Quais foram esses no âmbito da alimentação escolar?
- 10- Qual a relação que você verifica entre alimentação, saúde e educação? Como a entrevistada entende que isto ocorre na alimentação escolar no município de Foz do Iguaçu?

**- SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DIVISÃO MERENDA ESCOLAR**

- 1- Qual o papel da Secretaria de educação na execução do PNAE? Como é feita a comunicação com os setores executores?
- 2- A entrevistada já fez alguma capacitação sobre alimentação escolar, realizado pelo FNDE?  
\*\*o que achou, como foi, quais assunto trabalhados?
- 3- Quais as principais dificuldades do município com relação à execução do PNAE?
- 4- Comente como ocorre o processo de repasse dos recursos federais para gestão do PNAE no Município de Foz do Iguaçu?
- 5- Quais as dificuldades na gestão da merenda escolar de Foz? Quais desafios?
- 6- Qual a relação que você verifica entre alimentação, saúde e educação? Como você entende que isto ocorre na alimentação escolar no município de Foz?
- 7- O município possui algum projeto ou ação de educação alimentar? A temática da alimentação esta inserida nas atividades educativas da escola? Na escola é realizada alguma atividade relacionada com a nutrição das crianças? Qual?

**ANEXO E – TABELA COM OS DIAS DA SEMANA E OS PRATOS SERVIDOS NA ESCOLA**

<b>Datas da Visita</b>	<b>Pratos servidos</b>
04/03	<b>Sopa de legumes</b>
05/03	<b>Arroz e feijão</b>
06/03	<b>Cuca e chá</b>
09/03	<b>Arroz e feijão</b>
10/03	<b>Carreteiro</b>
11/03	<b>Arroz doce e banana</b>
12/03	<b>Macarronada de frango</b>
13/03	<b>Pão e doce com iogurte</b>

Fonte: Autoria própria.

**ANEXO F - QUESTIONÁRIO DOS ESCOLARES****-TESTE DE ACEITABILIDADE DA MERENDA ESCOLAR****NOME:** \_\_\_\_\_ **SERIE:** \_\_\_\_\_

1- Você come o alimento da merenda escolar?

 SIM NÃO

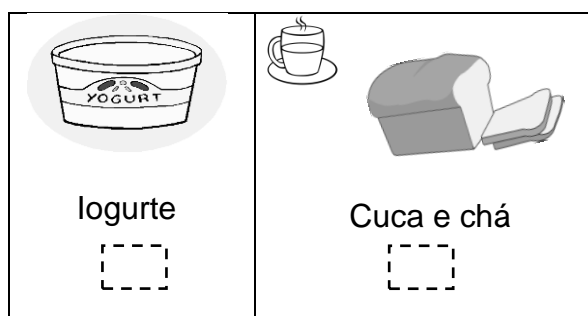
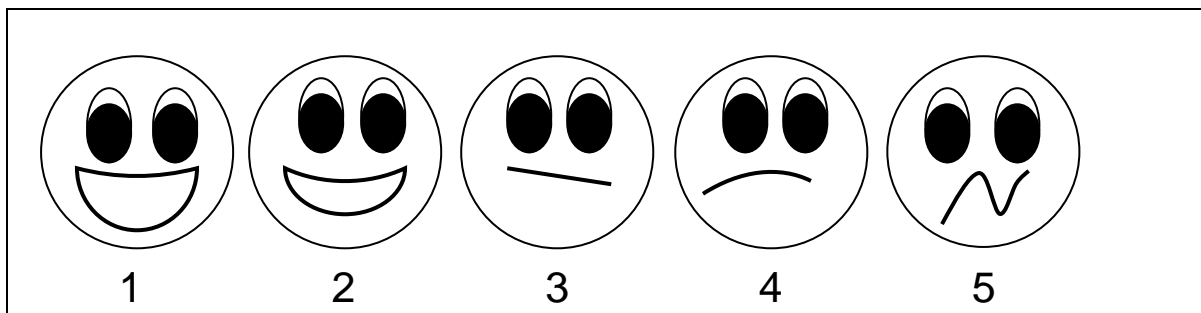
2- No intervalo você come o que:

 Lanche de casa Compra da cantina Lanche da escola Não lancha

3- Qual o alimento que mais gosta de comer da escola?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4- Marque a carinha que mais reflita o que você acha do cardápio da escola?



\*Obs.: Imagens ilustrativas retiradas do Google.



**ANEXO G – IMAGEM DO PRATO DE ARROZ E CARNE SERVIDO PELA ESCOLA, UMA AÇÃO ESTRATÉGICA DA MERENDEIRA PARA SERVIR O “CARRETEIRO”.**



Fonte: Autoria própria.

**ANEXO H - IMAGEM DO PÃO COM DOCE E IOGURTE, SERVIDO AOS ESCOLARES.**



Fonte: Autoria Própria.

**ANEXO I – LETRA DA MUSICA DAS CRIANÇAS PARA ANTES DO RECREIO**

“Meu lanchinho, meu lanchinho  
Vou comer, vou comer  
Pra ficar fortinho, para ficar fortinho  
E crescer, e crescer”.